

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VITÓRIA LUCY ASSIS DA SILVA

ESTRUTURA DE CLASSE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

CURITIBA
2014

VITÓRIA LUCY ASSIS DA SILVA

ESTRUTURA DE CLASSE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Fim de Curso como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dayani Cris de Aquino

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

VITÓRIA LUCY ASSIS DA SILVA

ESTRUTURA DE CLASSE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof^a. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof^a. Dr^a. Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 18 de Agosto de 2014

Dedico à Deus.
Aos meus pais.
Aos meus avós e familiares
Aqueles que eu amo e já se foram.
Ao meu namorado.
À minha orientadora.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado força para superar todos os obstáculos e fé para seguir em frente.

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando em cada escolha e suportando todos os meus momentos de dificuldade e insegurança.

Aos meus familiares que, muitas vezes longe, sorriram com cada conquista que tive e vibraram junto à mim.

Aos meus familiares e amigos que já nos deixaram nesse plano mas que sempre olharam e olharão por mim.

Ao meu namorado que enxugou tantas lágrimas e me confortou em cada momento de desespero e fraqueza.

À Minha orientadora que, desde a minha opção por ela, esteve ao meu lado e abraçou a causa com toda dedicação e carinho, além de realizar correções contínuas.

Aos meus professores que são os responsáveis por toda a minha formação e donos da minha gratidão.

À coordenação, departamento e toda equipe do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná que sempre estiveram prontos para suprir minhas necessidades.

Aos meus amigos que me proporcionaram momentos felizes durante toda a elaboração dessa pesquisa, assim como em toda a minha jornada acadêmica.

E, enfim, à todos que participaram da minha formação ou torceram pelo meu sucesso, o meu muito obrigada.

Todas as vitórias ocultam uma abdicação
Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa analisar a relação entre a estrutura de classe e distribuição de renda, utilizando dados brasileiros. O grande problema desvendado se refere a real origem da concentração de renda. Como hipótese para a resolução do problema, adotou-se a ideia de que a concentração de renda é algo inerente a estrutura de classe que o sistema capitalista apresenta. Para solucionar o problema, foi utilizado, primordialmente, uma discussão teórica acerca dos conceitos de classe social e distribuição de renda, além de uma conexão entre ambos os termos. Destaca-se que durante o estudo foi respeitado o referencial teórico adotado: a corrente marxista. O grande intuito do trabalho foi evidenciar que, para a corrente marxista, medidas de combate a concentração de renda adotadas por países capitalistas são meramente paliativas. Isso porque o núcleo duro do problema não é afetado, justamente por residir no próprio sistema. Portanto, o estudo apresentará uma visão marxista na qual o âmago do problema é o capitalismo, pois esse sistema, mesmo que mitigue temporariamente a exploração do trabalhador pelo capitalista, é capaz de criar um conflito entre dois grupos com interesses opostos. Nesse conflito, o resultado é apenas favorável aos grandes proprietários dos meios de produção que, dentro do processo de concorrência, são capazes de centralizar e concentrar capital. E, diante desse fato, evidencia-se que o trabalhador é desfavorecido na medida que se apropria da menor parte do valor gerado por ele, além de que está ameaçado a compor uma capacidade ociosa de força de trabalho que ficará à mercê das necessidades de valorização do capital.

Palavras-chave: Classe. Distribuição de Renda. Concentração de Renda.

ABSTRACT

The present study has as object of research examining the relationship between the structure of class and income distribution, using Brazilian data. The great problem solved refers to the real origin income concentration. To this end, we used, primarily, a theoretical discussion about the concepts of social class and income distribution, as well as a connection between both terms. It highlights that during the study was respected the theoretical reference adopted: the Marxist current. The major aim of this study was to evidence that for the Marxist current, measures to combat the income concentration adopted by capitalist countries are merely palliative. That's because the hard core of the problem is not affected, because they reside in the system itself. Therefore, the present study a Marxian vision in which the core of the problem is capitalism, because this system, even if temporarily mitigate the labor exploitation by the capitalist, is capable of creating a conflict between two groups with opposing interests. In this conflict, the result is favorable only to large owners of means of production that, within the process of competition, are able to centralize and to concentrate capital. And, due this fact, it is evidenced that the worker is disadvantaged as it appropriates the smallest part of the value generated by it, beyond which is threatened to compose an idle capacity of workforce that will be at the mercy of the needs of capital appreciation.

Key Words: Class. Income distribution. Concentration of Income.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL ENTRE 1950 E 2010	21
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES NO BRASIL, ENTRE 1950-2010	22
TABELA 3 – COMPARATIVO DA POPULAÇÃO OCUPADA ENTRE ALGUNS PAÍSES, 2008	24
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL (1960-1990)	31
TABELA 5 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)	47
TABELA 6 – RENDIMENTO MENSAL MÉDIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO BRASIL (2001-2009) EM REAIS CONSTANTES DE 2009.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A ESTRUTURA DE CLASSE	11
2.1 O CONCEITO DE CLASSE EM MARX	12
2.2 AS CLASSES E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	16
2.3 A DELIMITAÇÃO DAS CLASSES	19
2.4 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CLASSE NO BRASIL	21
2.5 A ESTRUTURA DE CLASSE NO MUNDO	23
3. A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	26
3.1 A DISTRIBUIÇÃO PESSOAL VERSUS FUNCIONAL	27
3.1.1 A Distribuição Pessoal de Renda	28
3.1.2 A Distribuição Funcional de Renda	29
3.2 A EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL	30
3.3 A MAIS-VALIA RELATIVA E A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DE RENDA	33
3.4 OS SALÁRIOS E A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DE RENDA	38
3.4.1 Exército Industrial de Reserva e Rendimento no Brasil	42
3.5 A CONCENTRAÇÃO DE RENDA COMO RESULTADO DA LÓGICA DO CAPITAL	51
4 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como qualquer país capitalista, é composto por um grande número de indivíduos que possuem o intuito de enriquecer cada vez mais. Entretanto, esta realidade pode agravar fatores como a desigualdade de renda. Dados do Censo (IBGE, 2010b) evidenciam a alta concentração de renda existente no Brasil, o que se traduz em 39,2% da população dispondo de até um salário mínimo para a sua sobrevivência. Ou ainda mais chocante, 82,5% da população brasileira vivendo com no máximo 3 salários mínimos, enquanto apenas 0,9% possui renda superior ao equivalente a 20 salários mínimos (IBGE, 2010b). Deste modo, torna-se relevante a discussão para entender as causas dessa má distribuição. A corrente marxista aponta que a estrutura de classes vigente pode ser um ponto de partida na análise deste âmbito.

Ainda que a concentração de renda tenha se tornado algo, pelo menos aparentemente, inerente ao sistema capitalista, há uma preocupação das políticas públicas em amenizá-la. Entretanto, pergunta-se: Segundo o referencial marxista, qual é a real origem dessa concentração de renda? O objetivo geral desse trabalho é analisar a relação entre a estrutura de classe e a distribuição de renda, focando em dados reais brasileiros. A hipótese adotada é que o modo como o sistema capitalista está organizado, ou seja, com uma divisão da sociedade em duas grandes classes antagônicas, de um lado capitalistas e de outros trabalhadores, determina o modo pelo qual a riqueza é distribuída. Portanto, as políticas de distribuição de renda que não afetam a estrutura de classes não estão atacando a origem do problema, pois apenas disfarçam uma realidade que em nada interfere no núcleo duro do problema de concentração.

O instrumental teórico que guiará este estudo é a corrente marxista. Esta enfatiza a situação das classes sociais no momento da produção, aonde os capitalistas e trabalhadores possuem suas posições estabelecidas. Na teoria

marxista, o conceito de classe parte de um único critério: a propriedade ou não dos meios de produção. Aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção formam a classe capitalista, enquanto aqueles que foram expropriados desses meios de produção formam a classe trabalhadora. Esses últimos se submetem apenas a vender sua força de trabalho, sendo remunerados apenas pelo valor desta força de trabalho, enquanto o valor gerado a mais representará um excedente que é apropriado pelos capitalistas. Então, verifica-se que essas posições são capazes de estabelecer as possibilidades de apropriação de cada classe social no âmbito da distribuição (BELLUZZO, 1975). Entretanto, essa relação no momento da produção, entre trabalhadores e capitalistas, resultará em uma distribuição que se conflita, pois enquanto os trabalhadores buscarão melhorar suas condições de vida, os capitalistas buscarão, incansavelmente, expandir o valor de seu capital e acumular. Vale ressaltar que aqui a referência de distribuição é a funcional, ou seja, aquela pautada no percentual da renda nacional que é paga na forma de salários (renda do trabalho) e no percentual que é pago na forma de rendas derivadas da propriedade (terra, capital, etc.), e não a distribuição pessoal de renda, que se refere a como a renda é repartida entre os indivíduos, independente da classe.

A grande importância desse trabalho se justifica em evidenciar, pela análise da teoria marxista, à todos os indivíduos inseridos no capitalismo, que as medidas políticas que visam combater a enorme concentração de renda são apenas paliativas. Isso porque elas não são capazes de provocar uma mudança na estrutura de classes, já que alterar estas últimas seria propor a substituição do sistema capitalista, item que nunca entra na pauta da maioria dos movimentos sociais, muito menos na pauta dos governantes.

Esta pesquisa está dividida em duas grandes sessões. A primeira tratará da estrutura de classe com as observações cabíveis dentro da ótica marxista, além de dados que expõe tendências de comportamento das classes. Já o segundo grande tópico discutirá a distribuição de renda e sua relação com a estrutura de classe, buscando apresentar alguns dados que evidenciem a concentração de renda.

2 A ESTRUTURA DE CLASSE

Uma dificuldade recorrente na atualidade é classificar a população dentro de classes devido à variedade de critérios existentes. Entretanto, aqui a referência é a teoria marxista que, basicamente, afirma que “a propriedade como fonte de renda é o critério objetivo de classe: dentro do capitalismo, as duas classes básicas são os proprietários e os trabalhadores” (MILLS, 1968, p.88). Ou seja, como veremos ao longo dessa pesquisa, para Marx, com o desenvolvimento pleno do capitalismo haverá apenas duas classes sociais, os detentores dos meios de produção e os não detentores dos meios de produção, ou seja, a classe capitalista e a classe trabalhadora. Sendo esta última a única responsável por produzir valor, enquanto os capitalistas obtêm seus rendimentos se apropriando do trabalho alheio.

Conforme Haddad (1997), para Marx, o assunto classe social é objeto próprio da economia política e secundariamente da sociologia ou da ciência política. Entretanto, deve-se destacar que não se podem negligenciar outras teses a respeito do assunto quando se pretende obter uma opinião mais bem consolidada. Essas demais ideias podem ajudar a compreender a teoria marxista, contraria-la ou, ainda, complementá-la. “Conceitos como os de ‘nova classe média’ (Lederer), ‘setor terciário ou de serviços’ (Clark), ‘sociedade pós-industrial’ (Bell) etc. são referências obrigatórias para o estudioso que ousar entrar para o debate, ainda que para rejeitá-los”. (HADDAD, 1997, p.98). Entretanto, no presente estudo, a visão acerca de classes utilizada será a marxista, na qual a “análise de classe, isto é, a análise que pretende entender os fenômenos sociais e políticos a partir das relações entre classes sociais situadas no processo produtivo, é um dos pilares teóricos do marxismo” (PERISSINOTTO, 2011, p.191). Dessa forma, essa seção será composta por 5 itens. No primeiro será explorado o conceito de classe em Marx, fazendo referência principalmente a sua obra, em conjunto com Engels, *O Manifesto Comunista*. Já no segundo item ocorrerá uma exposição da lei geral da acumulação capitalista,

buscando compreender as tendências previstas por Marx para as classes. O terceiro item é responsável por estabelecer uma relação entre os conceitos marxistas e as definições comumente utilizadas. Por fim, o quarto e o quinto item correspondem a uma exposição de dados da estrutura de classe do Brasil e de alguns países selecionados, respectivamente.

2.1 O CONCEITO DE CLASSE EM MARX

Segundo Lukács (1969), “a divisão da sociedade em classes deve ser definida, no espírito do marxismo, pelo lugar que elas ocupam no processo de produção” (LUKÁCS, 1969, p.15). Dessa forma, a ideia de classes, para Marx, não é baseada no montante do rendimento e sim na origem do rendimento, isto é, a classificação em classes irá derivar da propriedade dos meios de produção.

Na principal obra de Karl Marx, *O Capital*, não se encontra uma grande discussão acerca das classes. Entretanto, é possível localizar passagens que legitimem a ideia de que os indivíduos são enquadrados em classes de acordo com a propriedade dos meios de produção. Nesta obra, Marx define a classe trabalhadora como aquela que “apenas dispõe de sua força de trabalho” (MARX, 1985c, p.311) e a classe capitalista como aquela que “possui o monopólio dos meios de produção sociais e do dinheiro” (MARX, 1985c, p.311). Outra passagem presente na obra *O capital* capaz de evidenciar que a distinção de classes está pautada na propriedade dos meios de produção é a seguinte: “Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra (...) constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia o modo de produção capitalista.” (Marx, 1986, p.317)

Há outros escritos em que Marx deixa sua percepção do fenômeno de classes. O panfleto de divulgação comunista, *O Manifesto Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, publicado em 1848, é composto por três capítulos e seu conteúdo engloba a divisão de classes. Logo no começo de seu primeiro capítulo, Burgueses e Proletário, os autores afirmam que a história da luta de classes é a história de toda sociedade. Aqui, deve-se ressaltar que Marx e Engels fazem referência a história

escrita. Dessa forma, o termo sociedade se refere apenas a partir das sociedades mercantis, ou seja, época em que o produto do trabalho humano começa a se tornar mercadoria, lentamente.

[Homem] livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo [Leibeigener], burgueses de corporação [Zunftbürger] e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta. (MARX;ENGELS, 1848, s.p)

Sempere ([s.d]) também destaca essa visão marxista de classes atrelada ao modo de produção e, nessa linha, demonstra que desde a história escrita a sociedade encontra-se em regimes de exploração. Em suas palavras:

Pode aplicar-se a definição das classes sociais segundo a propriedade dos meios de produção (e o controlo da força de trabalho) aos distintos “modos de produção” identificados na teoria da história de Marx. No escravagismo o amo possui os meios de produção e a força de trabalho, visto que os trabalhadores estão reduzidos à condição de “coisas” e são propriedade do amo. No feudalismo e outros regimes senhoriais, os meios de produção são partilhados entre o senhor e o servo (com formas sobrepostas de direitos sobre a terra) e o mesmo ocorre com a força de trabalho: o servo fica com uma parte do produto do seu trabalho, mas está obrigado a ceder outra parte ao senhor, de modo que só controla parcialmente a sua capacidade de trabalho. No regime burguês o capitalista possui as fábricas e as máquinas e o trabalhador controla a sua própria força de trabalho: é um trabalhador “livre”, nem escravo nem servo. A sua relação com o patrão é contratualmente livre, ainda que, ao não gozar da propriedade dos meios de produção, esteja obrigado a vender a sua força de trabalho ao possuidor dos mesmos para poder viver. Daí a sua condição dependente e explorada. Para o marxismo a teoria da exploração é inseparável da teoria das classes sociais. (SEMPERE, [s.d.], p.3)

O texto de Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, basicamente, torna claro que um dos alvos do comunismo é a característica do regime burguês de que os que trabalham não lucram e os que lucram não trabalham. O escrito ainda evidenciará que no capitalismo há uma simplificação na oposição de classes, ou seja, a sociedade tende a dois grupos antagônicos ou, ainda, inimigos que se enfrentam: burguesia (detentores dos meios de produção) e proletariado (vendem força de trabalho).

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: burguesia e proletariado. (MARX;ENGELS, 1848, s.p)

Embora Marx e Engels não tenham deixado de forma explícita uma definição precisa do que se entende por classe social, o que gera grande polêmica, o sistema de propriedade dos meios de produção é o elemento fundamental na determinação de classes aceito pela grande maioria que estuda esses autores. Portanto, baseado nas passagens citadas anteriormente, afirma-se que classe para Marx não está relacionada aos patamares de renda e sim com a propriedade ou não dos meios de produção. Em todas as sociedades mercantis, seja no modo escravista antigo, feudalismo ou capitalismo, a luta de classes está presente. Isso porque o produto do trabalho humano começa a se tornar mercadoria, além de haver uma distinção clara entre duas classes: os detentores dos meios de produção e aqueles que tinham parte de sua jornada expropriada por não serem possuidores de meios de produção. Segundo a corrente marxista, essa luta de classes é intensificada no capitalismo, pois em tal sistema a sociedade mercantil tem seu ápice com a generalização de todo o produto do trabalho humano se tornando mercadoria.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho. (IANNI, 1982, p.8)

Outra característica presente no capitalismo, sob a ótica marxista, é a intensificação da polarização de classes, ou seja, Marx prevê que com o desenvolvimento do capitalismo passem a existir predominantemente apenas duas grandes classes: capitalistas e trabalhadores. Na qual a primeira se refere aos detentores dos meios de produção e a última aos indivíduos que foram expropriados dos meios de produção e possuem apenas a força de trabalho. Para ele é “tendência constante e lei de desenvolvimento do regime capitalista de produção, estabelecer um divórcio cada vez mais profundo entre os meios de produção e o trabalho” (IANNI, 1982, p. 100). Dessa forma, embora no capitalismo ainda possa-se notar outras classes elas tendem ao desaparecimento, isso porque elas significam apenas classes herdadas dos modos de produção anteriores, subdivisão das classes fundamentais ou, ainda, categorias de transição. Um fato a ser destacado é que quando Marx faz sua análise acerca das classes, o capitalismo ainda não se encontrava plenamente desenvolvido nem mesmo nos países mais desenvolvidos e, ainda, apenas a Inglaterra possuía uma estrutura de classe capitalista mais avançada para a época,

porém ainda sem notável polarização. Sendo assim, não se observa a polarização de classes, apenas uma tendência prevista por Marx.

A composição da sociedade capitalista sofrerá as modificações seguintes: a) a burguesia ou classe média diminuirá; b) os trabalhadores assalariados aumentarão; c) todas as outras “classes intermediárias” desaparecerão do quadro político, à medida que a sociedade for polarizada entre a burguesia e o proletariado. Em geral, por classes “intermediárias” Marx entende a pequena burguesia, que dispõem de pequena propriedade; e não os empregados burocráticos. (MILLS, 1968, p.90)

O marxismo defende que classes são características delimitadas historicamente, na qual um grupo de seres humanos são capazes de se apropriar do trabalho alheio em virtude da sua detenção de meios de produção. Isso porque a instituição da propriedade privada ocasiona a expropriação dos meios de produção para uma parcela da sociedade que, agora, se torna mera proprietária de força de trabalho. Então, enquanto uns retiram seus rendimentos por serem proprietários de meios de produção (capitalistas), outros (trabalhadores) vendem sua força de trabalho para esses capitalistas para, assim, obterem o rendimento de sua sobrevivência. Assim, para se conceituar classe social não se utiliza o montante de renda ou o estilo de vida, aqui o fundamental é o lugar que os indivíduos ocupam na produção social, ou seja, sua relação com os meios de produção.

Logicamente, há uma maior discussão dentro do marxismo a respeito de classes sociais, mas é válido afirmar que a que definição apresentada no presente estudo é, de certa forma, a base para se entender a constituição das classes. Stavenhagen (1969) resume a ideia de classes sob a ótica marxista:

Não se trata de um critério arbitrário, escolhido ao bel-prazer do autor (como sucede os critérios de estratificação), mas de uma consequência lógica de análise estrutural da sociedade. Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos de classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção, por outro, dão a cada estrutura sócio-econômica, a cada etapa história, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria. O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com outros grupos da mesma índole. Esses grupos são as classes e essas relações são as relações de classe. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade e à explicação sociológica e histórica. (STAVENHAGEN, 1969, p. 131).

2.2 AS CLASSES E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Conforme foi dito no tópico anterior, o desenvolvimento do capitalismo gera polarização de classes. Essa afirmação se justifica, dentro do marxismo, através de Lei Geral da Acumulação Capitalista que, Segundo Marx, é uma lei inerente ao capitalismo, pois “com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital” (Marx, 1996b, p.256)

A mecanização é um dos fatores que sustenta a Lei Geral da Acumulação Capitalista, isso porque as máquinas são capazes de aumentar a produtividade, aumentando, assim, a composição orgânica do capital. “A composição orgânica é a relação entre o capital constante e o capital variável, entre meios de produção e força de trabalho, dentro da relação social do capital” (LIMA, [s.d.], p.3). A mecanização, ou ainda, a necessidade de revolução constante nos meios técnicos de produção é derivada da concorrência entre os capitalistas que, por sua vez, eleva essa relação entre meios de produção e força de trabalho já que diminui-se o número de trabalhadores, aumentando o exército industrial de reserva. Para Marx,

a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou de exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz essa demanda. (BOTTOMORE, 1988, p.14)

Marx também afirma que além da mais-valia ser empregada em capital produtivo, “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (MARX, 1996b, p.246), entretanto Lima ([s.d]) destaca que “essa retransformação se dá em escala proporcionalmente menor em relação à parcela de capital constante acumulada. E é nisso que consiste o aumento da produtividade do trabalho ou o aumento da composição orgânica do capital” (LIMA, [s.d], p.4). Assim, o objetivo da produção não consiste na satisfação das necessidades humanas e sim no aumento do lucro, ou ainda, na valorização do capital. Em resumo, as empresas irão competir

através do progresso técnico para elevarem os lucros, e esse ato resultará em aumento de produtividade do trabalho humano, fazendo com que cada trabalhador, individualmente, agora seja capaz de produzir um maior volume de produtos. Desse modo, o exército industrial de reserva ganha corpo.

Diante do aumento da produtividade e aumento da composição orgânica do capital que se deve, em grande parte, à concorrência, esta última traz pelo menos duas grandes consequências a serem consideradas. A primeira delas é a polarização de classes e a consequente centralização do capital, já que irão ocorrer fusões e aquisições. Isso porque quando os proprietários dos meios de produção passam a concorrer por maiores lucros, os capitalistas menores são “engolidos pelo sistema”, ou seja, capitalistas com maior acumulação os englobam. Para esses capitalistas menores resta, apenas, como meio de atingir a subsistência, passar a compor a classe trabalhadora. Já a classe trabalhadora está sujeita a obter seus meios de consumo através do trabalho ou “passar necessidades” se vierem a integrar o exército industrial de reserva. Um fato que sustenta a ideia de que a concorrência gera centralização do capital é que, além dos capitalistas menores serem extintos, os trabalhadores não possuem chances claras de se tornar capitalistas devido a não possibilidade de acumular capital já que ganham apenas o suficiente para a subsistência. Este fato também evidencia a polarização de classes, pois aqueles considerados “intermediários” passam a serem incorporados pelos grandes capitalistas e, também para sobrevivência, devem integrar a classe expropriada dos meios de produção.

A segunda grande consequência da concorrência é a mecanização, pois esta é capaz de aumentar a produtividade do trabalhador na medida em que substitui trabalhadores por máquinas. Quando há um maior emprego de maquinaria em detrimento a trabalhadores, há um aumento no exército industrial de reserva. Com esse aumento de trabalhadores que no momento estão improdutivos, os salários tendem a cair, ou seja, flutuar abaixo do valor da força de trabalho, com isso aumentando o lucro dos capitalistas. Com a mecanização e a consequente queda de salários e aumento de lucro, haverá uma concentração de capital, pois está ocorrendo um crescimento do capital devido à uma maior retirada de mais-valia por parte do capitalista.

A introdução de máquinas no processo produtivo – demonstra Marx – é uma necessidade inescapável do empresário individual num sistema econômico concorrencial. Como resultado desse processo, três tendências serão

inevitáveis: (i) a existência de crises econômicas cíclicas causadas por uma oferta de mercadorias que sempre superará a demanda pelas mesmas; (ii) existirá sempre, no capitalismo, o que Marx irá chamar de proletarização da força de trabalho [como Ricardo já havia prognosticado], pois a dinâmica do capitalismo cria apenas duas classes: burguesia e proletariado. (iii) haverá sempre uma parcela da força de trabalho que será mantida no desemprego, que Marx denominou de “exército industrial de reserva”, ou, em termos mais atuais, um desemprego estrutural na economia. (PRUDENTE, 2012, [s.p.])

Aqui, vale a pena retomar dados expostos na introdução da presente pesquisa, onde afirmou-se que 82,5% da população brasileira vive com no máximo 3 salários mínimos, enquanto 0.9% dos brasileiros vivem com renda superior ao equivalente a 20 salários mínimos (IBGE,2010b). Agora, pode-se analisar que estes dados são resultantes da concorrência, já que esta última gera dois grandes efeitos. Um deles é a centralização do capital, pois há processos de fusões e aquisições com capitalistas menores sendo absorvidos por capitalistas com uma maior acumulação de capital. O segundo, e talvez mais impactante para a má distribuição relatada acima, é a concentração do capital, ou seja, crescimento do capital por aplicação da mais-valia, já que o sobrevalor retirado pelo capitalista é maior na medida em que o trabalhador passa a receber menos do que o salário que corresponde ao valor da força de trabalho devido a presença do exército industrial de reserva decorrente da mecanização.

Sendo assim, percebe-se que com o desenvolvimento do capitalismo, observado pela Lei Geral de Acumulação Capitalista, há uma tendência de que as classes intermediárias (como os autônomos, por exemplo) sejam absorvidas, em geral como classe trabalhadora, e aumente essa última em relação ao número de capitalistas. Por outro lado, embora diminua-se o número de capitalistas, já que aqueles que eram “menores capitalistas” irão compor o número de trabalhadores ou o exército industrial de reserva, estes detentores dos meios de produção estarão cada vez mais ricos. Dessa forma, verifica-se uma polarização de duas classes que possuem interesses conflitantes: os capitalistas, aqueles que detém os meios de produção, e os trabalhadores, expropriados desses meios de produção e submetidos a receber apenas o valor de sua força de trabalho, embora gerem um valor maior, no qual o excedente é apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia. Nas palavras de Marx (1996b): “com a acumulação do capital, desenvolve-se a luta de classe e, portanto, a consciência dos trabalhadores” (MARX, 1996b, p.283).

2.3 A DELIMITAÇÃO DAS CLASSES

Marx, embora tenha vivido no século XIX, é autor de teorias que ainda possuem grande repercussão e são estudadas até hoje, entretanto a grande maioria dos dados atuais não é organizada de acordo com os seus conceitos. O estudo sobre estrutura de classe se enquadra nessa dificuldade, no qual incorre-se em uma incompatibilidade no que se refere a definições utilizadas pela obra marxista e os termos recorrentemente utilizados pelas estatísticas oficiais. Dessa forma, antes de se realizar qualquer interpretação acerca de alguma base de dados, é necessário analisar a construção desses dados e fazer uma intermediação para correlacionar os conceitos.

No presente estudo, que possuí como referencial o pensador Karl Marx, utilizou-se como fonte de dados para o Brasil, prioritariamente, o Censo, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As definições utilizadas para o Brasil e demais países analisados foram retiradas da ILO (*International Labour Organization*), juntamente com as suas classificações de grupo, também incorporadas pelo IBGE. Estas foram estabelecidas na 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, em janeiro de 1993. Entretanto, tais referências não realizam suas pesquisas de acordo com o referencial marxista aqui adotado, desta forma haverá um cuidado com relação aos termos utilizados. Para facilitar o entendimento, e estar em conformidade com o referencial, se buscará relacionar os termos convencionais com os conceitos marxistas.

No Censo, como o realizado em 2010, foram “visitados todos os domicílios do país e qualquer morador capaz de fornecer as respostas às perguntas do questionário pode responder ao recenseador por todos os demais moradores daquele domicílio.” (IBGE, 2010a), e ainda, “como em Censos anteriores, serão utilizados dois questionários: o da amostra, a ser aplicado em uma fração dos domicílios ocupados, e o questionário simplificado nos restantes” (IBGE, 2010a). Ou seja, notamos que o Censo, realizado a cada 10 anos, abrange quase a totalidade da população, sendo, por isso, considerado adequado o seu uso neste estudo para classificar a população dentro de uma determinada classe.

No que se refere aos dados sobre estrutura de classe, a ILO (1993) trabalha com a PEA (População Economicamente Ativa) e utiliza as seguintes classificações de ocupação:

1. Empregados, ou seja, aqueles que possuem um contrato estável no qual o empregador deve pagar impostos relevantes e contribuições para a segurança social e/ou onde a relação contratual está sujeita à legislação trabalhista nacional;
2. Empregadores, que se referem aqueles que por conta própria, ou com sócios, contratam uma ou mais pessoas para trabalhar para eles em seus negócios como "empregado(s)";
3. Conta própria, ou ainda, aqueles que trabalham por conta própria ou com um ou mais parceiros, mas não envolveram em uma base contínua quaisquer "empregados";
4. Membros de cooperativas de produtores, ou seja, trabalhadores que em uma cooperativa de produção de bens e serviços participam de forma igualitária na determinação da organização da produção, vendas e/ou outros trabalhos do estabelecimento.
5. Sem classificação, que se referem aos trabalhadores não classificáveis em nenhuma das categorias anteriormente citadas. (ILO, 1993).

Aqui, no presente estudo, os dados pesquisados pelo IBGE, através do Censo, estarão classificados de acordo com a estrutura de classe proposta pela ILO. Entretanto, é necessário destacar que para Marx a estrutura de classe está pautada apenas na propriedade ou não dos meios de produção. Sendo assim, fica claro que há uma incompatibilidade na adoção dos termos, mas isso não irá impedir o estudo. Portanto, para dar continuidade, irá se fazer a seguinte relação: o termo "empregadores", utilizado pela ILO, é o que mais se aproxima dos detentores dos meios de produção, os chamados capitalistas, visualizados por Marx, pois precisam de força de trabalho alheia para a ativação dos meios de produção. Já o termo "empregados" da ILO é o que refletirá, de forma mais próxima, o conceito de trabalhadores para Marx, ou seja, aqueles indivíduos que não detêm os meios de produção e por isso vendem a sua força de trabalho, e o que produzem além do valor da força de trabalho é apropriado pelos capitalistas (os detentores dos meios de

produção)¹; E, por fim, as demais classificações da ILO irão se enquadrar no que chamaremos de classes intermediárias, ou seja, aquelas classes que, como foi exposto no capítulo anterior, estão condenados a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo.

2.4 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CLASSE NO BRASIL

De acordo com o Censo, realizado periodicamente a cada 10 anos pelo IBGE, obtém-se os seguintes números absolutos:

TABELA 1 – POPULAÇÃO OCUPADA NO BRASIL ENTRE 1950 E 2010

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Empregados	8.154.551	10.608.049	15.171.066	28.069.477	36.841.568	43.694.129	61.176.567
Empregadores	628.946	420.656	408.567	1.080.420	2.131.704	1.897.842	1.703.130
Conta própria	4.877.117	7.020.366	8.769.029	10.545.970	14.254.598	15.396.246	18.529.011
Trabalhadores familiares	2.908.002	3.348.443	2.347.696	2.231.508	2.065.443	2.608.533	1.485.492
Sem classificação	36.057	11.182	5.147	344.151	-	-	-
Parceiros	-	820.480	-	-	-	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	-	-	-	2.033.141	3.459.638
Total	16.604.673	22.229.176	26.701.505	42.271.526	55.293.313	65.629.896	86.353.838

FONTE: Censo (agosto), retirado do IBGE (1950-2010)

NOTA: Pessoas acima de 10 anos.

A tabela 1 se refere a população brasileira ocupada, enquadrada nas definições de grupos da ILO. Observa-se, claramente, que de 1950 a 2010 houve um aumento considerável no número de indivíduos ocupados, de aproximadamente 17 milhões em 1950 para, aproximadamente, 86 milhões em 2010, um aumento de cerca de 400% na população brasileira ocupada. Entretanto, ao se observar tais números, constata-se uma dificuldade na compreensão de como esse aumento se refletiu entre as

¹ Vale lembrar que a classe trabalhadora é composta por trabalhadores chamados produtivos e improdutivos. Apenas os primeiros produzem, além do valor da sua força de trabalho, um valor a mais, ou seja, produzem mais-valia. Dado que o objeto do presente trabalho não é estudar a composição da força de trabalho, esta distinção não será discutida estatisticamente.

classes, ou seja, como se comportou a participação das classes frente a alteração no número absoluto da população.

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES NO BRASIL, ENTRE 1950-2010

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Empregados	49,1%	47,7%	56,8%	66,4%	66,6%	66,6%	70,8%
Empregadores	3,8%	1,9%	1,5%	2,6%	3,9%	2,9%	2,0%
Conta própria	29,4%	31,6%	32,8%	24,9%	25,8%	23,5%	21,5%
Trabalhadores familiares	17,5%	15,1%	8,8%	5,3%	3,7%	4,0%	1,7%
Sem classificação	0,2%	0,1%	0,0%	0,8%	-	-	-
Parceiros	-	3,7%	-	-	-	-	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	-	-	-	3,1%	4,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Censo (agosto), retirado do IBGE (1950-2010)

NOTA: Pessoas acima de 10 anos.

Na tabela 2 já é possível constatar o comportamento das classes em relação ao aumento absoluto na população ocupada. Deve-se considerar que de 1950 a 2010 o capitalismo no Brasil desenvolveu-se cada vez mais.

Um pouco antes de 1950, principalmente pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sabe-se que o capitalismo no Brasil começa a se intensificar com a expansão da utilização de maquinarias, o que já era explicado na época de Marx, por ele, através da Lei Geral da Acumulação Capitalista, que por sua vez é justificada pela concorrência. Essa concorrência leva a mecanização, evidenciada através da substituição de trabalhadores por máquinas, levando esses trabalhadores a compor o exército industrial de reserva. Outra consequência da concorrência é a polarização, na qual capitalistas maiores adquirem os meios de produção dos capitalistas menores, o que transforma estes últimos em integrantes da massa de trabalhadores ou, até mesmo, do exército industrial de reserva.

A teoria de Marx é observada nos dados apresentados na tabela 2. Os proprietários dos meios de produção, que foram denominados pela ILO como empregadores, diminuíram sua participação no que se refere a população ocupada, de 3,8% em 1950 para 2% em 2010, o que demonstra que está ocorrendo uma centralização do capital, ou seja, diminui-se o número relativo de detentores dos meios

de produção. Já os trabalhadores, aqui chamados pela ILO de empregados, aumentaram significativamente sua participação em relação a população ocupada, de 49,1%, em 1950, para 70,8% em 2010. Esses “empregados”, ou seja, os trabalhadores pela ótica marxista se referem aqueles “que não participam da propriedade dos meios de produção, são obrigados, para sobreviver, a vender aos primeiros [burguesia: detentores dos meios de produção] a única propriedade que dispõem: a sua capacidade (física e psíquica) de produzir” (SINGER, 1981, p.18). Outro fato observado pelos dados apresentados é a diminuição da participação das classes intermediárias (conta própria, trabalhadores familiares, sem classificação, parceiros e trabalhadores na produção para o próprio consumo) na população ocupada.

Portanto, nota-se que está ocorrendo a polarização de classes prevista, como tendência, por Marx. Este fato é evidenciado, na tabela 2, pelo aumento no número de trabalhadores, diminuição no número de capitalistas e um declínio considerável nas classes intermediárias. Como foi explorado, tal fato é explicado por Marx através da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

2.5 A ESTRUTURA DE CLASSE NO MUNDO

Tendo em vista o fenômeno da polarização observado com os dados do Brasil, pode surgir a indagação com relação a outros países. Dessa forma, para tornar a análise mais ampla, faz-se necessário observar dados de outros países. Entretanto, para os 10 países selecionados não haverá uma estatística correspondente a várias épocas como no caso brasileiro, e sim constituirá uma análise de um único período englobando a população ocupada em algumas classes propostas pela ILO.

Os dados da tabela 3 refletem a estrutura de classe de alguns países selecionados de acordo com as definições da ILO em uma análise feita em 2008. Desses, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha são considerados países com capitalismo desenvolvido, e México, Chile, Brasil e Argentina com capitalismo menos desenvolvido. Esses dados foram retirados da ILO,

em 2011, na qual os dados do Brasil são de 2007, da Argentina de 2006 e dos demais países de 2008.

TABELA 3 – COMPARATIVO DA POPULAÇÃO OCUPADA ENTRE ALGUNS PAÍSES, 2008

	BRAS	MEX	CHI	ARG	ITA	ESP	RUN	ALE	FRA	EUA
Empregados	64,8%	65,9%	72,8%	75,8%	74,5%	82,3%	86,7%	88,4%	89,5%	93,0%
Empregadores	3,8%	4,9%	2,9%	4,1%	1,2%	5,8%		10,7%	4,6%	
Conta própria	21,2%	22,5%	22,7%	19,0%	20,4%	10,5%	12,9%	-	5,3%	6,9%
Membros de cooperativas de produtores	-	-	-	-	0,1%	0,3%	-	-	0,01%	-
Trabalhadores familiares	5,9%	6,7%	1,6%	1,1%	1,7%	1,0%	0,4%	0,9%	0,6%	0,1%
Sem classificação	4,4%	-	-	-	2,0%	0,1%	-	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: ILO (2011)

NOTAS: Brasil:2007 (dados: Pesquisa Mensal de Emprego), Argentina: 2006, demais países 2008

BRA=Brasil; FRA=França; ALE=Alemanha; RUN=Reino Unido; EUA=Estados Unidos; ITA=Italia; ARG=Argentina; CHI=Chile; MEX=México.

Começando pela esquerda da tabela 3 e indo em direção à direita da mesma, iniciando pelo Brasil e terminando com os Estados Unidos, há uma evolução no nível de desenvolvimento do país, ou seja, uma maior propagação do capitalismo. Um fato explícito na tabela 3 é que com essa intensificação do capitalismo dentro do país, há, também, uma certa tendência do comportamento das classes. Essa tendência demonstra que quanto mais capitalista é o país, mais polarizada é sua estrutura de classe. Ou seja, nota-se um aumento no número relativo de empregados (Para Marx, trabalhadores), diminuição no número de empregadores que centralizam cada vez mais os meios de produção (os chamados detentores dos meios de produção na corrente marxista) e com relação as demais classes (intermediárias ou de transição, segundo Marx), há um declínio considerável, chegando até mesmo a desaparecer em algumas estatísticas. Dessa forma, a análise dos dados evidencia que o desenvolvimento do capitalismo vem acompanhado da polarização da estrutura de classe.

Ainda há outro fato explícito na tabela 3 que deve ser destacado. Observa-se que os trabalhadores dos países menos desenvolvidos (Brasil, México, Chile e Argentina) ocupam uma grande parcela da população ocupada, embora não chegue a 80%, enquanto os detentores dos meios de produção ocupam uma parcela pequena e as classes intermediárias ainda se fazem presente de maneira não ignorável. Já nos países mais desenvolvidos (Reino Unido, Alemanha, França e EUA), os trabalhadores

representam mais de 86% da população ocupada, os capitalistas (proprietários dos meios de produção) ocupam uma parcela mínima e as demais classes caminham para o desaparecimento.

Utilizando os dois países que se encontram nos extremos da tabela, Brasil e EUA, constata-se que no Brasil, um país considerado em desenvolvimento, com o capitalismo em aprimoramento, cerca de 65% da população ocupada corresponde aos trabalhadores (termo “empregados” para a estatística oficial). Já com relação aos EUA, um país considerado desenvolvido, com um capitalismo consolidado, esse índice é de 93%. Este fato evidencia a alta parcela da população que se encontra como massa trabalhadora em um país com um forte capitalismo.

Já com relação a parcela da população ocupada pelos detentores dos meios de produção (termos “empregadores” para a estatística oficial), no Brasil eles ocupam cerca de 3,8%, enquanto as classes intermediárias (conta própria, membros de cooperativas de produtores, trabalhadores familiares e sem classificação) chegam a representar um pouco mais de 30% do total da população ocupada. Em contrapartida, nos EUA, a classe proprietária dos meios de produção juntamente com as classes intermediárias representam apenas 7% da população ocupada. Esses últimos dados evidenciam o fato de que com o desenvolvimento do capitalismo há uma tendência ao considerável declínio das classes intermediárias, além de que a classe capitalista tende a ocupar um percentual pequeno da população, pois um fato recorrente com o desenvolvimento do capitalismo é a centralização do capital. Essa análise é capaz de remontar ao fato da concorrência, citado anteriormente, pois estes resultados, ao que a análise indica, podem ser decorrentes de um maior desenvolvimento do capitalismo que reflete uma maior concorrência entre os capitalistas, o que gera a polarização e a mecanização, ambos como as suas consequências.

3. A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Uma das preocupações constantes de diversos países, entre eles o Brasil, é com relação a maneira que a renda gerada no país é distribuída.

Desde o surgimento da Economia como ciência, a distribuição da renda sempre foi um de seus principais temas. Sua análise se desdobra em diversos critérios e dimensões. Se o foco for a inserção no processo produtivo, o conceito a ser utilizado é o da distribuição funcional da renda, que descreve como o total dos ganhos de uma economia em determinado período é repartido entre seus segmentos sociais, dividindo-se assim entre as rendas do trabalho e as rendas derivadas da propriedade (terra, capital, etc.). As tabelas de "Recursos e Usos" das Contas Nacionais, calculadas pelo IBGE, constituem a principal fonte de dados para esse tipo de medida na economia brasileira. Outra análise possível é o da distribuição pessoal da renda, que descreve como a renda do país é repartida entre os indivíduos. Este é o procedimento comumente adotado pelo IBGE na divulgação de suas pesquisas que investigam características individuais dos residentes no Brasil (por exemplo, através de sua conhecida PNAD). (IPEA,2010, [s.p])

Embora note-se, atualmente, uma predominância de dados de distribuição de renda expostos pela distribuição pessoal, para a visão marxista a má distribuição de renda ou concentração de capital é resultado da existência de classes, na qual há uma classe que se apropria do que não produz pelo fato de ser detentora dos meios de produção e outra que não detém esses meios de produção e, portanto, vende sua força de trabalho para adquirir recursos para sua sobrevivência. Dessa forma, o presente estudo, que tem como referencial teórico a corrente marxista, utilizará algo que aproxima-se mais da distribuição funcional de renda, pois a distribuição pessoal de renda só refletirá o quanto cada indivíduo recebe da renda nacional, enquanto a distribuição funcional atenderá os requisitos para entender a visão marxista, pois esta última é capaz de exibir a renda por grupo. Dessa forma, há certa distinção entre se estudar a repartição de renda pela ótica dos proprietários dos meios de produção ou pelo indivíduo por si só. Estes aspectos serão melhor abordados no item 3.1 dessa seção.

O item 3.2 trará a discussão de dados acerca da concentração de renda existente no Brasil. O item 3.3 será responsável por estabelecer uma correlação entre a mais-valia relativa e a distribuição funcional de renda, buscando analisar se está ocorrendo um empobrecimento absoluto da população. O item 3.4 fará uma correlação entre os salários e a distribuição funcional de renda E, por fim, o último item dessa seção apresentará a concentração de renda como uma consequência da

lógica do capital, vinculando a concentração de renda com a estrutura de classe fundamentada em duas grandes classes antagônicas presentes no sistema capitalista.

3.1 A DISTRIBUIÇÃO PESSOAL VERSUS FUNCIONAL

Um assunto frequentemente presente nas pautas de discussões entre economistas se refere à desigualdade de renda. Entretanto, para se investigar esse problema, os pesquisadores da área se defrontam com uma difícil decisão de como analisar a repartição de renda. Dentro da ótica convencional, a neoclássica, existe dois grandes conceitos para se tratar de distribuição de renda. O primeiro se refere a distribuição funcional, este analisa como a renda nacional é dividida de acordo com os fatores de produção (terra, trabalho e capital). E o segundo trata da distribuição pessoal de renda, este último é capaz de analisar como se divide a renda nacional entre os indivíduos, independente de classes.

Devido ao fato da ótica marxista não possuir correlação direta com a visão neoclássica, não se pode afirmar que o conceito de distribuição de renda utilizado pelos primeiros é compatível com aquele utilizado pelos segundos.

Dessa forma, para tornar possível enquadrar o estudo dentro de um conceito de distribuição convencional, pode-se dizer que a distribuição funcional de renda é o que mais se aproxima de uma visão marxista. Isso porque se pode associar os proprietários dos fatores terra e capital à proprietários dos meios de produção, formando a classe capitalista, e os proprietários do fator trabalho à trabalhadores, formando a classe trabalhadora. Sendo assim, é possível utilizar a visão da distribuição funcional de renda para analisar como a renda se divide entre aqueles que são proprietários dos meios de produção e aqueles que foram expropriados desses meios de produção.

3.1.1 A Distribuição Pessoal de Renda

A discussão acerca da distribuição pessoal da renda é recente se comparada com a abordagem funcional, que será vista no tópico seguinte. A distribuição pessoal de renda não considera a propriedade dos fatores, aqui cada indivíduo é tratado sem distinção de classes. “De um modo mais global, é preciso que se compreenda quais são as variáveis e mecanismos responsáveis pela determinação da renda de um indivíduo” (RAMOS e REIS, 1991, p. 26).

Segundo Ramos e Reis (1991), há duas vertentes de pensamento no estudo da distribuição pessoal da renda. De um lado há a teoria estocástica e de outro a ideia de que as rendas individuais estão relacionadas as “habilidades” dos indivíduos.

Os modelos estocásticos pouco contribuem no sentido de não fornecer nenhum mecanismo para identificar os determinantes da desigualdade e visões para reduzi-la. Dessa forma, essa teoria apenas considera que as disparidades na distribuição de renda são resultados de movimentos aleatórios nas rendas individuais. Têm como destaque Gibrat, que sugere a “lei dos efeitos proporcionais”, na qual afirma que as rendas tendem a se distribuir segundo um modelo log-normal (RAMOS e REIS, 1991).

Uma segunda vertente de pensamento global é descrita por Ramos e Reis (1991) da seguinte maneira:

A distribuição de renda pode ser vista como determinada pelas condições de oferta e demanda por um conjunto de características pessoais, sejam elas de natureza genética ou fruto de decisões individuais, de tal modo que o grau de desigualdade da distribuição é determinada pelas taxas de retorno a esses atributos e pela distribuição deles na economia” (RAMOS e REIS, 1991, p. 28).

Nessa visão destaca-se a teoria do capital humano. Essa última dá ênfase no papel da educação, considerada um investimento, pois no momento que os indivíduos adentram o mercado de trabalho, se capacitam ainda mais educacionalmente e profissionalmente visando um aumento de sua produtividade e, conseqüentemente, ganhos futuros. (ALVAREZ, 1996). Então, basicamente, essa teoria afirma que em muitas ocasiões os indivíduos não gastam por prazer e sim em busca de retornos futuros. (RAMOS e REIS, 1991). Essa teoria recebe algumas críticas, como da escola credencialista, que, por sua vez, se opõe a ideia de que maior educação resulta em maior produtividade. Para essa escola, educação está mais relacionada com fatores

como confiabilidade, maior motivação pessoal, capacidade de adaptação, entre outras. (ALVAREZ, 1996).

3.1.2 A Distribuição Funcional de Renda

Durante os primórdios da discussão sobre repartição de renda, havia apenas o aspecto funcional. Dessa forma, se analisava tal repartição apenas através da distribuição funcional de renda, ou seja, “Como se determinam as parcelas na renda correspondentes aos diversos fatores de produção (terra, trabalho, capital, etc) ou aos grupos sociais detentores desses fatores” (RAMOS e REIS, 1991, p. 21)

Adam Smith é um dos principais nomes que se remonta a origem da discussão de como a renda se distribuía entre os proprietários de terra, detentores de capital e trabalhadores. Ricardo deu continuidade a tal teoria de divisão de renda relatada por Smith, embora acabe apresentando uma teoria mais elaborada sobre esse processo de repartição de renda. Ricardo, além de consolidar as ideias de seu antecessor, Smith, ainda destacou o aluguel da terra, afirmando que, no longo prazo, os salários se fixavam ao nível de subsistência, a taxa de lucros era aquela suficiente para remunerar o capital e então o restante da produção era apropriado pelo dono da terra. (RAMOS e REIS, 1991). Sendo assim, Ricardo acaba destruindo a harmonia na sociedade, evidenciando a figura “perigosa” do proprietário de terra (ALVAREZ, 1996), pois embora em algum momento salários e taxas de lucros estivessem acima do mínimo necessário para expansão da população ou acumulação do capital, no longo prazo tudo voltaria ao seu “normal”.

Partindo do pressuposto que Marx possuía uma teoria de exploração, na qual todo o trabalho produzido pelo trabalhador produtivo não era totalmente apropriado por ele, foi na teoria de Ricardo que ele encontrou a base para desenvolver sua grande obra. Outro fato a se considerar é que Marx, assim como Smith e Ricardo, enfatizava o trabalho como única fonte de valor e, partindo dessa ideia, o trabalhador recebendo apenas o valor de sua força de trabalho e não todo o valor que produz abre margem para a exploração, ou seja, trabalho alheio apropriado pelo capitalista, o que Marx chamou de mais-valia (excedente não pago).

Sendo assim, prezando pela coerência da pesquisa, não se pode adotar a distribuição pessoal de renda, já que esta considera a renda por indivíduo, além de constituir uma abordagem neoclássica. Entretanto, também não seria correto utilizar a distribuição funcional de renda, já que esta é um conceito neoclássico e utiliza fatores de produção. Dessa forma, realiza-se uma conexão entre a visão marxista e a distribuição funcional de renda. O que a abordagem convencional denomina como proprietários dos fatores terra e capital, a teoria marxista adota como proprietários dos meios de produção, e aquilo que convencionalmente é chamado pela distribuição funcional de proprietário do fator trabalho, os marxistas denominam como classe trabalhadora, ou seja, expropriada dos meios de produção.

Outro ponto de suma importância para se destacar aqui é o conceito de desigualdade. Embora Marx não tenha explicitado uma definição de desigualdade, parece coerente com o referencial marxista dizer que a desigualdade de renda provém do fato de que quem produz o valor não se apropria dele, ou seja, há uma parte da produção de valor realizada pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista pelo fato desse ser detentor dos meios de produção. Através da mais-valia esse capitalista acumula cada vez mais capital e o trabalhador continua a ser explorado, recebendo apenas o valor de sua força de trabalho e não todo o valor que produz, levando-nos a entender a concentração de renda e desigualdade como consequência dessa prática. Adiante, se compreenderá um pouco mais dessa relação causal entre a apropriação do trabalho alheio pelo capitalista devido ao fato do mesmo ser detentor dos meios de produção e a consequente polarização de classes, ou seja, a intensificação no número de trabalhadores e queda no número de capitalistas, embora cada vez mais ricos.

3.2 A EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Baseado em passagens marxistas, o critério de distribuição de renda que mais se aproxima dessa visão é aquele que chamamos de funcional, ou seja, a renda distribuída de acordo com a propriedade dos fatores, que “convertemos” para a propriedade dos meios de produção. Por isso, a concentração de renda, para esse

pensador, não é causada por problemas na distribuição pessoal da renda e sim é uma consequência da estrutura de classes.

Abaixo segue a tabela 4, ela demonstra a distribuição de renda da população economicamente ativa, no Brasil, no período entre 1960 e 1990. Esta tabela informa como a renda estava sendo apropriada.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL (1960-1990)

Estratos de Renda	% renda 1960*	% renda 1970*	% renda 1980*	% renda 1979**	% renda 1990**
20% inferiores	3,5	3,2	3,2	2,9	2,3
20% seguintes	8,1	6,8	6,6	6,6	4,9
20% seguintes	13,8	10,8	9,9	10,1	9,1
20% seguintes	20,2	17,0	17,1	17,6	17,6
20% superiores	54,4	62,2	63,2	62,8	66,1
10% superiores	39,7	47,8	47,8	46,8	49,7
5% superiores	27,7	34,9	34,9	33,8	35,8
1% superior	12,1	14,6	18,2	13,8	14,6

FONTE: Censos demográficos e PNADS, tabela retirada de BONELLI e RAMOS, 1993, p.78.

NOTAS: *Censos Demográficos e **PNADs anuais

Através da tabela 4 nota-se claramente que, pelo menos a partir de 1960, há uma forte concentração de renda no Brasil, pois já nessa década os 10% mais ricos ocupavam quase 40% da renda total da Nação, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 3,5% da renda nacional. Já em 1990, os 10% mais ricos ocupam quase metade da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres se apropriam de apenas 2,3% da renda total. Desta forma, percebe-se que há uma má distribuição de renda. Ainda deve-se destacar que este fato, observando as estatísticas atuais, não é um problema apenas brasileiro, pois atualmente “Two-thirds of adults in the world have wealth below USD 10,000 and together account for merely 3% of global wealth, while the 32 million dollar millionaires own 41% of all assets.” (CREDIT SUISSE, 2013).

Outro fato de suma relevância para se discutir é “quem são” os representantes dos chamados grupos “superiores” e “inferiores” utilizados na última tabela 4. Certamente, para Marx, os trabalhadores não têm condições para acumular capital, pois recebem apenas o necessário para sua sobrevivência física e social, então embora sejam os responsáveis pela produção do valor, não são eles que se apropriam

da maior parte do valor que produzem. Dessa forma, por deterem os meios de produção, os responsáveis pela apropriação da maior parte da renda são os capitalistas, pois estes estão se apropriando do valor excedente produzido pelos trabalhadores, através da mais-valia. E, por consequência, os que se apropriam da menor parte da renda nacional são os trabalhadores.

Já com relação a classe intermediária, elas certamente não se enquadram nos chamados “superiores”, pois não detém o poder de acumulação que os capitalistas, representantes desse grupo, possuem. Pode-se pensar que por não estarem sendo explorados, ou seja, não tendo parte do valor que produzem abocanhado pelos detentores de produção, estão em uma situação ligeiramente melhor que os trabalhadores. Entretanto, se considerarmos a ideia de que os capitalistas, representando aproximadamente os 20% superiores, se apropriam de cerca de 54,4% da renda, a classe intermediária juntamente com os trabalhadores obtém menos da metade da renda nacional. Entretanto, estas duas últimas classificações, juntas, representam uma maior parcela da população, já que os capitalistas centralizam cada vez mais o capital. Dessa forma, a classe intermediária não se encontra em uma situação de renda muito diferente da classe trabalhadora, além do que está em significativo declínio principalmente porque os capitalistas acabam se apropriando dessa classe, engordando a classe trabalhadora ou, ainda, o exército industrial de reserva.

Foi visto que, para Marx, há uma tendência de polarização de classes. Esse fato foi exposto para o Brasil principalmente através da tabela 2, na qual observou-se um aumento na massa de trabalhadores, declínio da classe intermediária e um declínio no número de capitalistas, embora cada vez mais ricos e sempre presentes no capitalismo. E já nesta tabela 4 foi visto que, neste mesmo país, está se agravando a má distribuição de renda. Este último fato pode ser associado, na corrente marxista, pela exploração do trabalhador pelo capitalista através da mais-valia.

3.3 A MAIS-VALIA RELATIVA E A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DE RENDA

Um dos pilares do capitalismo é a acumulação do capital. Entretanto, para se atingir tal objetivo a classe trabalhadora deve ser explorada.

Na medida em que somente a força de trabalho cria valor, pois que o valor é energia humana socialmente cristalizada em objeto social [mercadoria], a acumulação de capital pelo capitalista só é possível pela expropriação. Ou seja, o capitalista compra certa quantidade de força de trabalho do operário, mas faz com que ele produza maior quantidade de valor do que o que lhe é restituído sob a forma de salário. O segredo da acumulação, pois, é a diferença entre o trabalho necessário à reprodução da vida do operário (o que é pago) e o trabalho excedente, que o trabalhador é obrigado a realizar (não pago). (IANNI, 1982, p.19)

Mais-valia é um conceito amplamente utilizado pela teoria marxista. A mais-valia basicamente consiste no excedente de valor gerado pelo trabalhador em sua jornada de trabalho em relação ao valor da força de trabalho, ou ainda, no valor gerado pelo trabalhador não pago a ele. Ela “é apropriada pela classe capitalista, e portanto o trabalhador, sob o capitalismo é explorado (MILLS, 1968, p.90). Nas palavras de Marx (1996a):

Em primeiro lugar, a distinção entre trabalho e força de trabalho. O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais dos operários. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior a sua própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição. Mas, embora sem retribuição, a apropriação de mais-valia não viola a lei do valor enquanto lei de troca de equivalentes, uma vez que o salário deve ser o equivalente monetário do valor da força de trabalho. (MARX, 1996a, p.37)

Entretanto, um fato a se tomar cuidado ao analisar a teoria marxista do valor e da mais-valia é distinguir o que produz valor e o que, simplesmente, utiliza o valor gerado no capital produtivo.

O capital produtivo é, por excelência, o capital industrial, concebendo-se o capital agrícola como uma de suas modalidades. O capital comercial e o capital bancário representam especializações funcionais improdutivas do capital social total, indispensáveis, porém, à sua circulação e rotação sob forma de mercadoria específica e sob forma de dinheiro. Uma parte da mais-valia criada na esfera do capital industrial passa às esferas do comércio e dos

negócios bancários – assumindo as formas particulares de lucro comercial e de juros -, com ela se pagando o lucro de comerciantes e banqueiros, bem como o salário dos seus empregados. Mas há atividades que não produzem bens materiais e, contudo, são necessárias ao processo de produção ou prolongam na esfera de circulação, devendo ser consideradas produtivas e, portanto, criadoras de valor e mais-valia. Este é o caso do transporte, armazenagem e distribuição de mercadorias. (MARX, 1996a, p.39).

Para Marx, o trabalho é a única fonte de valor, no qual o trabalhador “só produz valor enquanto despende trabalho, e o quantum de seu trabalho é medido por seu tempo de trabalho” (MARX, 1996a, p.339), ou seja, só o trabalho é capaz de gerar riqueza. Esse trabalho deve estar inserido dentro de uma jornada de trabalho, pois só assim o valor poderá ser produzido. Essa jornada de trabalho conta com o trabalho necessário, aquele que paga o valor da força de trabalho, e o trabalho excedente, a mais-valia. Essa jornada de trabalho é uma grandeza variável, mas deve ter um mínimo de trabalho excedente, excede o valor da força de trabalho, e respeitar limites físicos e morais da força de trabalho, além das delimitações legais. Portanto, a jornada de trabalho é essencial na teoria do valor-trabalho de Marx porque vai delimitar o período da produção do valor, que só se obtém com trabalho.

Outra importante distinção feita por Marx é entre taxa de mais-valia e taxa de lucro, na qual

a taxa de mais-valia é a relação entre a mais-valia e o capital variável. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia e o capital individual total (soma do capital variável com o capital constante). A taxa de mais-valia revela o grau de exploração da força de trabalho, ao passo que a taxa de lucro indica o grau de valorização do capital. Os capitalistas e os economistas, seus intelectuais orgânicos, só se interessam pela taxa de lucro, que dá a origem à ilusão ideológica de que o sobreproduto é criado pelo capital em conjunto e não somente por sua parte variável. (MARX, 1996a, p.44)

Para aumentar a massa de mais-valia (produto do número de trabalhadores pela mais-valia individual), é necessário aumentar a taxa de mais-valia, que pode ser entendida como o grau de exploração da força de trabalho. Há, basicamente, duas maneiras de aumentar essa taxa, a primeira é o prolongamento da jornada de trabalho, denominada mais-valia absoluta, ou pelo progresso técnico, aonde surge a mais-valia extra e a relativa.

A mais-valia absoluta é o aumento da mais-valia baseada no prolongamento da jornada de trabalho, artifício que o capitalista consegue individualmente, sem depender dos demais da classe. Entretanto, ao longo do tempo, a legislação trabalhista reduz, cada vez mais, a jornada máxima de trabalho. E, além das delimitações legais, há os limites físicos e morais, que segundo Marx, devem ser respeitados, pois o trabalhador precisa comer, dormir, realizar suas necessidades espirituais, culturais, etc. Portanto, para superar esse obstáculo, há uma segunda forma de aumentar a taxa de mais-valia, que é pelo progresso técnico, meio que atualmente é mais viável.

Nos primórdios do regime capitalista, quando as inovações técnicas avançavam com lentidão, o aumento da quantidade de mais-valia por operário ocupado só era possível mediante criação da mais-valia absoluta, isto é, mediante prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação das tarefas, de tal maneira que o tempo de sobretrabalho (criador de mais-valia) aumentasse, enquanto se conservava igual o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário). (MARX, 1996a, p.40)

Já para compreender a mais-valia relativa devemos ter em mente que ela se trata de uma característica do capitalismo, na medida em que este último está acompanhado de inovações e progressos técnicos, diferente da mais-valia absoluta que é pautada apenas em aumento de jornada de trabalho. Nas palavras de Marx:

A característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho. (MARX, 1996a, p. 41)

A mais-valia relativa se trata do resultado de uma lógica de funcionamento do capital, pois no momento em que o capitalista busca diminuir o tempo de trabalho necessário ele está almejando a mais-valia extra. O objetivo do capitalista é o aumento da produtividade de modo a produzir uma mercadoria por um valor individual menor, mas para vendê-la pelo valor social, obtendo a mais-valia extra, que corresponde à

diferença entre o valor social (tempo de trabalho socialmente necessário) e o valor individual (tempo de trabalho necessário reduzido devido ao progresso técnico – tempo de trabalho individual).

O progresso técnico (algo decorrente da ciência e/ou tecnologia) é o fundamento para ocorrer a mais-valia extra e posteriormente a mais-valia relativa. Portanto, para se produzir mais em menos tempo é preciso que ocorra aumento da produtividade, ou seja, se reduza o tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria.

Nos capítulos XI, XII e XIII, respectivamente Cooperação, Manufatura e Maquinaria e grande indústria são formas cada vez mais desenvolvidas de encurtamento do tempo de trabalho necessário. E, como se pode ver, nem todos os artifícios do capital para aumentar a força produtiva do capital, são necessariamente novas técnicas, novas máquinas. (PINHEIRO, 2000, [s.p.])

A mecanização é um elemento importante para aumentar a produtividade porque as máquinas são capazes de substituir os trabalhadores, além de que as mesmas diminuem o tempo de trabalho para produzir uma mercadoria, diminuindo o valor da mesma. Quando o progresso técnico, a inovação no processo produtivo através de uma mecanização, deixa de ser algo individual de um capitalista, e se difunde para os demais, desaparece a mais-valia extra, transformando o tempo de trabalho individual em tempo de trabalho socialmente necessário, diminuindo o valor da mercadoria no âmbito social. Entretanto, por outro lado, quando o capital variável (valor da força de trabalho) se reduz, a partir do progresso técnico, de forma generalizada, nas indústrias que produzem mercadorias necessárias ao trabalhador, surge a mais-valia relativa. Marx (1996a), deixa clara essa ideia na passagem: “Ao se difundirem os aperfeiçoamentos a princípio introduzidos numa empresa isolada, desaparecerá a mais-valia extra, mas terá ido adiante o processo de aumento da produtividade social do trabalho, cuja resultante é a criação de mais-valia extra” (MARX, 1996a, p.41)

Marx (1996a) afirma que com o desenvolvimento da força produtiva, há um aumento da produção da mais-valia relativa. E, por outro lado, este aumento da mais-

valia relativa irá ocasionar uma queda no valor das mercadorias, ou seja, um aumento da produtividade corresponde “o mesmo processo idêntico que barateia as mercadorias e eleva a mais-valia contida nelas” (MARX, 1996a, p.436)

Esse barateamento dos meios de consumo do trabalhador não deixará o salário do mesmo abaixo do valor de sua força de trabalho, pois estará ocorrendo uma diminuição no valor das mercadorias que compõe sua cesta de consumo, afinal em menos tempo se produz a mesma quantidade de meios de subsistência do que se produzia, em mais tempo, antes da inovação do processo produtivo. Dessa forma, não haverá o empobrecimento absoluto da população trabalhadora e ela não incorrerá em falta de meios necessários para a sua sobrevivência física e social, pode-se considerar que o fato que está ocorrendo é o empobrecimento relativo da população face ao aumento do grau de exploração do trabalhador feito pelos detentores dos meios de produção, os capitalistas. Outra importante consequência do progresso técnico é que ele aumenta o lucro, na medida em que “diminui o tempo de trabalho necessário e, com a mesma jornada de trabalho, aumenta o tempo de sobretrabalho, resultando na criação de mais-valia relativa, no aumento da taxa de mais-valia e, por conseguinte, no aumento da taxa de lucro” (MARX, 1996a, p.61).

Com o aumento da mais-valia, através da mais-valia relativa, há um aumento da produtividade, ou seja, uma mesma mercadoria é produzida em um menor tempo devido ao progresso técnico. Com isso, a mercadoria possui menos trabalho incorporado e como o valor da mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ocorre um barateamento da mesma. Ocorrendo uma queda no valor das mercadorias que compõe a cesta de subsistência dos trabalhadores, o trabalhador passará a receber menos, embora ainda represente o valor da força de trabalho, na medida em que o seu salário é dado para cobrir essa cesta, ou seja, pelo valor que é necessário para atender suas necessidades físicas e sociais.

A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem,

como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além de soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-los no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. (MARX, 1996a, p.99)

Considerando que com o desenvolvimento máximo do capitalismo ocorrerá uma polarização de classes, ou seja, o capitalismo simplificará as classes em apenas duas antagônicas, e que a distribuição funcional é dada pela remuneração das classes de acordo com a propriedade dos meios de produção, na presença da mais-valia relativa, ocorrerá uma queda na participação dos trabalhadores (não proprietários dos meios de produção) em relação a renda total, enquanto os capitalistas (proprietários dos meios de produção) aumentarão seus rendimentos por estarem se apropriando de mais valor que é produzido pelo trabalhador, ou seja, ampliando o grau de exploração sobre o trabalhador e, conseqüentemente, a mais-valia e o lucro. Portanto, embora a “nova” distribuição funcional se mostre desfavorável ao trabalhador, ele continuará recebendo o valor da sua força de trabalho, não devendo passar necessidades. O que, realmente, está acontecendo é uma intensificação da concentração de renda, pois enquanto o trabalhador só recebe o necessário, os capitalistas aumentam o seu poder de acumulação.

3.4 OS SALÁRIOS E A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DE RENDA

No item anterior foi discutido um pouco mais acerca da renda do capital, ou seja, aquela renda do capitalista obtida através da mais-valia, configurando a exploração do trabalhador. Foi exposto que através da mais-valia relativa o detentor dos meios de produção é capaz de aumentar o grau de exploração sobre o trabalhador. Entretanto, esse fato não culmina em um salário inferior ao valor de sua força de trabalho e o trabalhador mantém o mesmo padrão de vida, isso porque a

queda desse salário é relativa já que há um barateamento da cesta de subsistência do trabalhador. Já aqui, nessa seção, a discussão será feita em torno da renda do trabalhador, o salário. O grande ponto a ser destacado é da possibilidade do rebaixamento absoluto do salário, ou seja, sua queda abaixo do valor da força de trabalho, o que incorrerá em uma queda no padrão de vida do trabalhador já que o mesmo não terá renda suficiente para suprir suas necessidades físicas, mentais e sociais. O ponto de partida para se investigar essa queda absoluta do salário é o aumento do exército industrial de reserva. Entretanto, deve-se ter em mente que o tamanho do exército industrial de reserva gera muitas outras consequências além do nível dos salários.

Em estudos de orientação marxista nas áreas de economia e sociologia do trabalho, o exército industrial de reserva precisa ser considerado, uma vez que sua magnitude e composição têm implicações sobre a acumulação de capital, o nível dos salários, as condições gerais de vida da classe trabalhadores e a sua força em relação aos capitalistas. (NETO, 2013, p. 8)

Para iniciar a análise de forma coerente com o referencial adotado, deve-se definir o que se entende por salário no âmbito marxista.

O salário é a expressão em dinheiro do custo de reprodução da força de trabalho (CRFT), que é a soma do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para manter o trabalhador vivo e disposto para trabalhar dia após dia ao capital com a habilidade e a intensidade desejada pelos capitalistas. Estes meios de subsistência necessários incluem também peculiaridades culturais de cada país, ou seja, além do componente biológico, de manutenção da existência física do trabalhador, há um componente social que varia conforme as diferentes necessidades sociais que o trabalhador tem em diferentes realidades sociais em que ele está inserido. Entra neste cálculo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para manter o trabalhador (o proprietário da força de trabalho) e sua família (o que garante a reprodução da força de trabalho para períodos futuros). O salário não é fixo ao longo do tempo, ele pode sofrer variações cíclicas (onde o seu preço flutua ao redor de seu valor) ou pode também variar por causa de alterações no CRFT. (NETO, 2013, p.23)

Um grande ponto a ser destacado é que na presença do capitalismo consolida-se a ideia de salário e, junto com ela, surgem maneiras de mistificar o valor da força de trabalho, pois a transposição de valor da força de trabalho em salário pode “esconder” a real relação de exploração entre o capitalista e o trabalhador. Dessa

forma, induz-se o trabalhador a pensar que está recebendo todo o produto do seu trabalho, enquanto ganha apenas o valor de sua força de trabalho.

A forma salário elimina todos os traços da divisão do dia de trabalho entre trabalho necessário e excedente, entre trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. No sistema de corvêia é diferente. Ali, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho obrigatório para o senhor da terra são demarcados claramente tanto no tempo quanto no espaço. No trabalho escravo, até mesmo a parte do dia na qual o escravo apenas repõe o valor dos seus meios de subsistência, na qual ele na verdade trabalha apenas para si, aparece como trabalho para seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, pelo contrário, até mesmo o trabalho excedente, ou trabalho não pago, aparece como trabalho pago. Em um caso, a relação de propriedade esconde o trabalho do escravo para si mesmo; no outro caso, a relação monetária esconde o trabalho não remunerado do assalariado. (FILHO, 2001, p.31)

Durante essa pesquisa foi visto que a concorrência é capaz de introduzir a mecanização que, por sua vez, eleva a relação entre meios de produção e força de trabalho. Aumentando-se a produtividade, diminui-se o número de trabalhadores em detrimento das máquinas e, conseqüentemente, aumenta-se o exército industrial de reserva. A concorrência também é capaz de extinguir os menores capitalistas que poderão, assim como compor a massa trabalhadora, compor o exército industrial de reserva. Sendo assim, com o aumento do exército industrial de reserva residem algumas conseqüências, sendo a queda absoluta do salário a mais adequada para ser tratada aqui, pois a “grosso modo, os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 1996b, p.267)

Marx afirmou em sua obra, *O Capital*, que o exército industrial de reserva, além de ser capaz de regular o nível geral de salários, pode suprir as necessidades do capital:

O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-se abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (MARX, 1996a, p.42)

De acordo com a citação acima nota-se que para o capitalismo é sempre favorável manter um determinado exército industrial de reserva, pois dessa forma há um excesso de oferta de força de trabalho e com isso uma queda absoluta nos salários e uma capacidade ociosa que pode passar a compor o exército ativo a qualquer momento que o capital necessitar. Entretanto, por outro lado, quando está se mantendo um alto exército industrial de reserva, significa que a acumulação de capital está em crise, pois dessa forma a demanda por força de trabalho caminha lentamente em relação a oferta de trabalho. Dessa forma, nota-se que o fator determinante para fixar o salário é o nível do exército industrial de reserva.

Assim, o tamanho do relativo do EIR e sua flutuação com movimentos cíclicos da acumulação de capital causam uma flutuação cíclica nos salários, derivada das flutuações na relação entre a oferta e a demanda por força de trabalho, dadas pelo EIR e pela acumulação de capital, respectivamente. Nos períodos de aumento da acumulação de capital há um aumento da demanda por força de trabalho e uma diminuição do tamanho do EIR, com a relativa “escassez” da mercadoria força de trabalho o seu preço (o salário efetivamente pago) sofre uma flutuação cíclica para cima em relação ao seu valor, esse aumento do salário nominal chega ao fim quando a acumulação de capital entra em crise. Quando há uma diminuição da acumulação de capital ou uma crise ocorre uma diminuição da demanda por força de trabalho ou até mesmo demissão de trabalhadores assalariados, assim há um aumento cíclico do EIR e uma relativa “abundância” da mercadoria força de trabalho, o que pressiona o seu preço para baixo, e assim uma flutuação cíclica dos salários nominais para baixo. (NETO, 2013, p.24)

Portanto, quando há um aumento na acumulação de capital, aumenta a demanda por força de trabalho, há uma queda no exército industrial de reserva e, conseqüentemente, um aumento nos salários. Por outro lado, quando há uma desaceleração na acumulação de capital, diminui-se a demanda por trabalho, aumenta-se o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, o salário cai. Sendo assim, através desse mecanismo nota-se que o salário pode estar acima ou abaixo do valor da força de trabalho. Porém, deve-se destacar que essas flutuações de salários não serão significativas e permanentes, isso porque há a população responde há variações nos salários, o que fará que o salário se reestabeleça sempre em torno do valor da força de trabalho.

Para a indústria moderna com seu ciclo decenal e suas fases periódicas, que, além disso, no decorrer da acumulação, são entrecruzadas por oscilações

irregulares em sucessão cada vez mais rápida, seria, de fato, uma linda lei a que regulasse a demanda e a oferta de trabalho não pela expansão e contração do capital — portanto, de acordo com suas necessidades momentâneas de valorização, de modo que o mercado ora parece relativamente subsaturado porque o capital se expande, ora novamente supersaturado porque ele se contrai — mas, inversamente, fazendo a dinâmica do capital dependente do movimento do tamanho da população. Este é, no entanto, o dogma econômico. De acordo com o mesmo, em virtude da acumulação do capital, o salário sobe. O salário mais elevado estimula a multiplicação mais rápida da população trabalhadora, o que continua até que o mercado de trabalho esteja supersaturado, portanto tendo o capital se tornado insuficiente em relação à oferta de trabalho. O salário cai, e agora vem o reverso da medalha. Com o salário em baixa, a população trabalhadora é mais e mais dizimada, de modo que em relação a ela o capital volta a ficar excessivo, ou, também como outros o explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque. Assim, reaparece a condição em que a oferta de trabalho é mais baixa do que a demanda de trabalho, o salário sobe etc. (MARX, 1996b, p.268)

Além do aumento do exército industrial de reserva gerar um rebaixamento do nível do salário, ele traz pelo menos mais uma grande consequência geradora de pobreza. Essa segunda consequência reside no fato de que com um aumento no exército industrial de reserva há uma queda no público para consumir as mercadorias e, junto a isso, um aumento da pobreza, pois dessa forma os indivíduos do exército industrial de reserva não possuem renda nem para adquirir sua cesta de consumo.

3.4.1 Exército Industrial de Reserva e Rendimento no Brasil

No tópico anterior foi afirmado que a regulação dos salários se dá em função do exército industrial de reserva, entretanto é necessário destacar que o conceito de exército industrial de reserva, apresentado no capítulo 23 do livro I de *O Capital*, não equivale ao conceito de desemprego da teoria convencional. Isso porque o conceito de desemprego convencional contabiliza as pessoas que procuraram emprego na última semana ou mês, conforme metodologia de cada órgão estatístico. Já o conceito de exército industrial de reserva, formulado por Marx, é muito mais abrangente na medida que se refere a superpopulação relativa. Essa superpopulação relativa não

leva em consideração o crescimento, ou queda, da população em números absolutos e sim o aumento, ou queda, da população em relação as necessidades de valorização do capital. Essa superpopulação é criada pelo próprio processo de acumulação na medida que quando há uma queda no processo de acumulação, aumenta a oferta de mão de obra e, conseqüentemente, o exército industrial de reserva. Ou ainda, com o desenvolvimento da mecanização que aumenta a produtividade, alterando a composição orgânica do capital e, assim, reduzindo o exército ativo. Sendo assim, “a superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta” (MARX, 1996b, p.269)

Dessa forma, compreende-se o exército industrial de reserva como regulador dos rendimentos na medida que os movimentos desse exército

não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. (MARX, 1996b, p.267)

E, embora na fase de prosperidade a superpopulação possa ser em parte exaurida, a tendência contínua de aumento da composição orgânica do capital implica que, a cada novo ciclo, a acumulação se dê sobre bases técnicas cada vez mais mecanizadas e, portanto, a cada ciclo o Exército Industrial de Reserva se apresenta maior que no anterior.

Agora, tendo em vista que o conceito de exército industrial de reserva é muito mais amplo do que o conceito de desemprego, deve-se apresentar as definições das camadas do exército industrial de reserva delimitadas por Marx em sua época.

Entende-se que para Marx o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa pode assumir as seguintes formas/camadas:

1. Flutuante A superpopulação relativa sob a forma flutuante representa, basicamente, aqueles trabalhadores qualificados que estão desempregados por curto período de tempo. Os trabalhadores dessa camada

são ora repelidos ora atraídos em maior proporção de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui, em forma fluente. (MARX, 1996b, p.271)

2. Latente. A forma latente se caracteriza por “reservatórios” de força de trabalho existentes na sociedade que são potencialmente empregáveis na produção capitalista. Estudantes e donas de casa que podem ser absorvidas pelo mercado de trabalho compõe essa camada, assim como trabalhadores rurais que podem migrar para as cidades:

Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola.). Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo. (MARX, 1996b, p.272)

3. Estagnada. Essa camada se refere aos trabalhadores que possuem trabalhos informais com baixas médias de rendimentos.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. (MARX, 1996b, p.272)

4. Pauperismo.

Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. (...). Segundo, órfãos e crianças indigentes. (...). Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. (MARX, 1996b, p.273)

Essas camadas são conceitos relevantes na teoria de Marx, entretanto deve-se destacar que as definições colocadas acima atualmente não representam as camadas na forma que elas existem. Dessa forma, faz-se necessário realizar uma

equivalência entre as formas originais, citadas por Marx, e as camadas que se adequam a população atual. Portanto, na continuidade desse tópico, irá ser utilizado definições apresentadas por Neto (2013) que, por sua vez, estão de acordo com a teoria marxista, além de algumas considerações desse mesmo autor.

Segundo Neto (2013), o EIR

torna uma parcela da população trabalhadora supérflua, que fica condenada ao desemprego e ao mesmo tempo torna-se disponível ao capital. Desta forma, o capital controla tanto a demanda (que depende da força da acumulação de capital) quanto a oferta (dada pelo EIR formado pela própria acumulação de capital) de força de trabalho, o que se torna um mecanismo de controle da classe trabalhadora pela classe capitalista. (NETO, 2013, p.87).

Dessa forma, o exército industrial de reserva, correspondendo a reserva de força de trabalho, é capaz de refletir a oferta e demanda de força de trabalho e com isso regular os salários. Isso porque quanto maior é a demanda por força de trabalho, menor é o exército industrial de reserva e mais alto são os salários. Já quando há um aumento da oferta de força de trabalho, ou diminui-se a demanda por força de trabalho, há um aumento no exército industrial de reserva e, conseqüentemente, uma queda absoluta nos salários.

Na seção anterior foi exposto que, segundo a teoria marxista, o exército industrial de reserva regula os salários, atuando no padrão de vida dos trabalhadores e sendo capaz de agravar o problema da concentração de renda. Já nessa seção, o grande objetivo é expor dados brasileiros sequenciais e realizar interpretações acerca de tais dados. Para tanto, é preciso saber que,

concretamente, o EIR não é composto apenas por trabalhadores que já pertenceram ao exército ativo dos trabalhadores e dali foram expulsos e estão procurando emprego, somam-se a eles uma série de trabalhadores que, por falta de perspectiva de vender sua força de trabalho ao capital, procuram no trabalho autônomo uma forma de conseguir sua subsistência, além de trabalhadores que nunca chegaram a vender sua força de trabalho ao capital e que lhe estão disponíveis, tais como jovens e donas-de-casa. Historicamente, também pertenceram ao EIR as pessoas que estavam na transição do trabalho em outras relações de produção para o trabalho assalariado, como o caso dos trabalhadores que foram expulsos de suas terras na Europa durante a Idade Moderna, por exemplo. Portanto o EIR é um grupo heterogêneo e para melhor compreendê-lo há a proposta de Marx de dividi-lo em três camadas (flutuante, latente e estagnada) que se distinguem principalmente por três critérios: (i) posição na ocupação de seus

componentes – camada flutuante (trabalhadores desocupados), camada latente (trabalhadores ocupados em atividades não-mercantis), camada estagnada (trabalhadores ocupados em atividades mercantis); (ii) grau de disponibilidade ao capital de seus componentes – camada flutuante (disponibilidade imediata e maior demanda do capital), camadas latente e estagnada (disponibilidade não-imediata e menor demanda do capital); (iii) degradação da força de trabalho de seus componentes – camada flutuante (pouca degradação e portanto grande potencial de força de trabalho a ser explorado pelo capital), camada estagnada (maior degradação e portanto menor potencial de força de trabalho a ser explorado pelo capital). (NETO, 2013, p.87)

Dessa forma, para melhor compreensão, as tabelas que seguem utilizarão as seguintes denominações marxistas:

1. Capitalistas. Esses representam os empregadores;
2. Exército Ativo. Aqueles trabalhadores que estão sendo empregados;
3. EIR Total. É a união do exército industrial de reserva flutuante, latente e estagnado;
4. EIR Flutuante. São aqueles trabalhadores desocupados/desempregados;
5. EIR Estagnado. Representam os “conta própria”;
6. EIR Latente. Refere-se aos trabalhadores domésticos.

Outro fato a se destacar com relação as tabelas que seguem é que ambas (tabela 5 e 6) utilizarão a PIA, ou seja, “população em idade ativa – que são todas as pessoas com 10 anos de idade ou mais” (NETO, 2013, p.62) e não a PEA, um componente da PIA.

Dentro da PIA distinguem-se dois grupos de pessoas: (i) a PEA – população economicamente ativa – que abrange as pessoas que estão ocupadas em atividades econômicas ou estão a procura de ocupação; e (ii) a PNEA – população não-economicamente ativa – que abrange as pessoas não ocupadas em atividades econômicas e não estão a procura de ocupação, neste grupo estão os estudantes, donas-de-casa, aposentados, pensionistas, pessoas que vivem de rendas (como aluguel de imóveis), pessoas sem ocupação e que não estão a procura de uma e até mesmo as pessoas que se encaixam na definição de lumpemproletariado [trabalhadores totalmente degradados socialmente e que não estão disponíveis para o assalariamento pelo capital. Para Marx, são os criminosos, prostitutas, mendigos, traficantes de drogas etc] [...]. E neste ponto é interessante notar que nas estatísticas oficiais o trabalho doméstico é ora tratado como atividade econômica (se for executado por um empregado doméstico), ora como atividade não-econômica (se for executado por uma dona-de-casa). (NETO, 2013, p.63)

Abaixo segue a tabela 5. Essa retratará como a PIA brasileira se divide entre capitalistas, trabalhadores e exército industrial de reserva.

TABELA 5 – DIVISÃO DE CLASSES E COMPOSIÇÃO DO EIR A PARTIR DA PIA COM 18 A 60 ANOS DE IDADE DO BRASIL (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalista	2,9%	3,1%	2,9%	3,0%	3,0%	3,2%	2,7%	3,3%	3,1%
Exército Ativo	39,8%	40,4%	40,4%	41,7%	42,0%	42,9%	43,7%	45,4%	45,0%
EIR (total)	57,3%	56,5%	56,7%	55,3%	54,9%	53,9%	53,6%	51,3%	51,9%
EIR flutuante	6,9%	6,7%	7,3%	6,7%	7,0%	6,4%	6,1%	5,4%	6,4%
EIR latente	31,7%	30,8%	30,6%	29,7%	29,3%	29,5%	29,6%	29,1%	28,8%
EIR estagnado	18,7%	19,0%	18,8%	18,9%	18,7%	18,0%	17,8%	16,8%	16,7%
PIA Total (em mil)	138.962	141.831	144.586	149.432	152.286	155.247	157.822	160.561	162.807

FONTE: PNAD. Elaboração NETO (2013, p.68)

Da tabela 5 pode-se retirar informações consideráveis. Nota-se que de 2001 a 2009, o exército ativo demonstrou um crescimento, indo de 39,8% para 45%, já o exército industrial de reserva total apresentou uma queda de 57,3% para 51,9%. Esse fato indica que houve um acréscimo na acumulação de capital no período, isso porque o capital demandou mais força de trabalho para realizar o processo de acumulação e, com isso, aumenta-se o exército ativo e diminui-se o exército industrial de reserva. Se o ano de 2009 for verificado pontualmente em relação a 2008, observa-se uma queda no exército ativo, de 45,4% para 45%, e um aumento no exército industrial de reserva total, de 51,3% para 51,9. Esse aumento é liderado pela camada flutuantes do exército industrial de reserva. Esses resultados de 2009, possivelmente, são resultados do início da crise econômica internacional, a crise de 2008², que diminuí a acumulação de capital e, conseqüentemente, aumenta o exército industrial de reserva e diminuí o exército ativo. Com a crise, a camada flutuante do exército industrial de reserva sofre um aumento de 5,4% da PIA para 6,4%, isso porque ela é a que sofre os impactos diretos desse tipo de crise, já que é a camada do exército industrial de reserva que representa os trabalhadores desempregados/desocupados. Já as camadas do

² “Foi no contexto de crise imobiliária nos Estados Unidos que a crise de 2008 eclodiu, tendo como ápice a falência do tradicional banco de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, fundado em 1850. Em efeito dominó, grandes instituições financeiras ao redor do mundo faliram, no processo que ficou conhecido como ‘crise dos subprimes’.” (JARDIM, 2013, p.901)

exército industrial de reserva que representa os conta própria (EIR estagnado) e os trabalhadores domésticos (EIR latente) continua com seus movimentos normais, isso porque a crise não os altera tão diretamente como aqueles que estavam sendo remunerados pelos proprietários dos meios de produção.

De maneira geral, de 2001 a 2009 observa-se que o capital continuou centralizado, com a classe capitalistas representando em torno de 3% da PIA em todo o período, e o exército industrial de reserva foi absorvido gradativamente pelo exército ativo devido a um crescimento econômico do período. Neto (2013) ainda destaca os seguintes pontos:

É interessante notar que neste processo de absorção do EIR a camada flutuante não diminuiu tanto quanto se poderia esperar, houve também uma absorção das camadas mais profundas do EIR conjuntamente, ainda que o processo de absorção relativa do EIR flutuante tenha sido mais intenso do que nas demais camadas. Desconsiderando o ano de 2009, ano que o Brasil não cresceu em decorrência dos efeitos da crise econômica internacional e conseqüentemente houve um aumento conjuntural do EIR flutuante neste ano específico, entre 2001 e 2008 o EIR flutuante diminuiu 22%, o EIR latente diminuiu 8% e o EIR estagnado diminuiu 10%. (NETO, 2013, p.69)

Já com relação a tabela 6, essa busca verificar a situação de pobreza do trabalhador, pois além de mensurar em termos absolutos os rendimentos mensais de capitalistas, trabalhadores ativos e do exército industrial de reserva, ela é capaz de mostrar o rendimento dos expropriados dos meios de produção em relação aos capitalistas. Analisando, ainda na tabela 6, a distribuição da renda entre os trabalhadores brasileiros, pode-se identificar a diferença de renda entre os trabalhadores ativos e aqueles que compõem o exército industrial de reserva.

TABELA 6 – RENDIMENTO MENSAL MÉDIO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO BRASIL (2001-2009) EM REAIS CONSTANTES DE 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Capitalistas	3226	3150	2921	2851	2921	3151	3192	3133	3117
Exército Ativo	989	966	896	893	927	982	1023	1045	1079
EIR Estagnado	849	793	741	731	735	772	878	840	843
EIR Latente	335	329	312	312	326	351	370	381	400

FONTE: PNAD. Elaboração NETO (2013, p.82)

Os valores dos rendimentos mensais médios foram deflacionados pelo INPC (Índice nacional de preços ao consumidor), que é o índice utilizado para deflacionar as séries de preços e rendimentos da PME (Pesquisa mensal do emprego) do IBGE.

Nota-se através da tabela 6 que entre 2001 e 2004 ocorreu uma queda de rendimento para todas as classificações listadas, enquanto a partir de 2004 todas passaram a obterem um aumento em termos absolutos. Esse fato, segundo NETO (2013), “é uma consequência direta do desempenho econômico brasileiro no período: estagnação até 2003 e aceleração do crescimento econômico entre 2004 e 2008.” (NETO, 2013, p.82). Entretanto, em uma análise do período 2001 a 2009 como um todo, observa-se houve um aumento de renda para todas as classificações listadas na tabela 5. Então,

em termos marxistas, a década de 2000 foi um período de aumento da acumulação de capital no Brasil, o que gerou um aumento da demanda por força de trabalho e isto causou um aumento do exército ativo e uma consequente diminuição do EIR. Esta diminuição do EIR pode ter causado uma pressão por aumento dos salários do exército ativo e da renda das ocupações remuneradas do EIR. (NETO, 2013, p.82)

Um grande fato a ser captado dessa tabela (6) é o rendimento dos trabalhadores ativos em relação aos trabalhadores pertencentes ao exército industrial de reserva. Nota-se que em todos os anos aqueles que pertencem ao exército industrial de reserva exibem rendas menores do que aqueles que vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Dessa forma, entende-se que, de maneira geral, os trabalhadores explorados pelos proprietários dos meios de produção possuem um melhor padrão de vida.

No geral, ocorreu o comportamento esperado de uma Nação que adota o capitalismo. A classe ativa permaneceu obtendo renda superior aos integrantes do exército industrial de reserva, isso porque em grande parte dos ciclos de produção estão recebendo muito próximo ao valor de sua própria força de trabalho. Os capitalistas recebem rendimento consideravelmente superior ao dos trabalhadores, fato que já foi mencionado que se deve a exploração dos trabalhadores e aumento da massa de mais valia. Mas, ainda assim, Neto (2013), observa de forma mais cautelosa esses dados brasileiros do período, observando fenômenos que podem “fugir à regra” dependendo do país considerado, e os conclui da seguinte forma:

No período como um todo (2001-2009), o rendimento mensal médio dos trabalhadores assalariados aumentou 9,1%, o dos trabalhadores por conta própria permaneceu praticamente estável (diminuiu 0,7%), o dos trabalhadores domésticos aumentou 19,4% (a partir de um patamar baixo) e o dos capitalistas diminuiu 3,4%. Esta queda do rendimento dos capitalistas, em princípio teoricamente não esperada, pode ser consequência de um aumento do contingente de pequenos capitalistas em processo de pauperização e proletarização, o que puxa a média do rendimento dos capitalistas para baixo, entretanto este rendimento médio continua bastante elevado se comparado ao das demais posições na ocupação. (NETO, 2013, p.82)

Por fim, nessa seção conclui-se que no período de 2001 a 2009 houve uma queda no exército industrial de reserva total, evidenciado na tabela 5, acompanhado por um aumento do rendimento mensal do exército ativo, evidenciado na tabela 6. Essas duas observações são resultantes de um mesmo fato, um crescimento econômico brasileiro no período de 2001 a 2009. Dessa forma, retoma-se a lógica apresentada no tópico anterior. Com um maior crescimento econômico, ocorre uma maior acumulação de capital. Essa maior acumulação é viabilizada por um aumento na demanda por força de trabalho, fato que diminui o exército industrial de reserva e aumenta o exército ativo. Com essa queda do exército industrial de reserva, ocorre um aumento absoluto nos salários, ou seja, o salário passa a flutuar um pouco acima do valor da força de trabalho. E, por fim, essa variação no salário é capaz de aumentar, levemente, o padrão de vida do trabalhador. Entretanto, deve-se destacar que o salário não irá permanecer nesse patamar, isso porque a contratação da força de trabalho irá se dar de acordo com as necessidades de valorização do capital. Sendo assim, a partir do momento que houver uma queda no processo de acumulação de capital ou, ainda, um aumento da mecanização, diminui-se as contratações e aumenta a superpopulação relativa. Dessa forma, com o aumento do exército industrial de reserva, ocorre uma queda absoluta dos salários e, consequentemente, diminui-se o padrão de vida do trabalhador.

3.5 A CONCENTRAÇÃO DE RENDA COMO RESULTADO DA LÓGICA DO CAPITAL

A Concentração de renda, atualmente, não é um problema particular de nenhuma Nação e sim uma realidade capitalista de ordem global.

Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 20% da população mundial detém 82,7% do total da renda, os 20% seguintes tem 11,7% da renda e os 60% restantes da população mundial dividem entre si apenas 5,6% da renda gerada pelo planeta todo. (SALAMA, VALIER, 1997, p. 11)

Marx demonstra em suas obras que o capitalismo é um sistema injusto na medida que quem produz o valor não se apropria totalmente dele, e ainda entende-se que esse sistema é pautado na busca pela acumulação. Portanto,

Marx formulou uma lei geral absoluta da acumulação capitalista, segundo a qual se concentra, num pólo, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no pólo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras. (MARX, 1996a, p. 42)

Para Marx (1996a), a história de toda a sociedade é uma história de luta entre classes, isto é, desde que se estabeleceram as sociedades mercantis e, junto com elas, a história escrita, o conflito entre classes passa a existir.

Portanto, não foi o capitalismo que inaugurou a exploração do homem pelo homem, mas enquanto nos dois sistemas anteriores, a exploração é facilmente identificada, Marx vai demonstrar que a complexidade do Modo de Produção Capitalista esconde uma exploração física e mental do ser humano. (NETTO, [s.p.], [s.d.])

Ao se desenvolver o capitalismo, intensifica-se a divisão do trabalho que se dá, basicamente, entre quem concede e quem executa os meios de produção, ou ainda, entre quem detém os meios de produção e quem irá trabalhar com esses meios de produção vendendo sua força de trabalho. Assim, viabiliza-se a grande gama de mercadorias diversificadas existentes no capitalismo. (NETTO, [s.d]).

O fruto do trabalho do operário (a mercadoria produzida) não pertence a ele e sim aos donos dos meios de produção, assim ele perde o controle do objeto de seu trabalho; o operário também não controla a atividade de produzir, pois

quando vende sua força de trabalho a aliena ao proprietário, que a utiliza conforme suas próprias necessidades. (NETTO, [s.p.], [s.d.])

Para Marx, “a luta de classes, e não a harmonia – “natural” ou não – é a condição normal e inevitável da sociedade capitalista” (MILLS, 1968, p.89), fato evidenciado nos interesses conflitantes entre essas duas classes, pois enquanto os proprietários dos meios de produção buscam, incansavelmente, o aumento da massa de mais-valia, os trabalhadores desejam se apropriar de todo o valor que produzem.

Do antagonismo do proletariado e da burguesia que se relacionam conflituosamente e tem objetivos e necessidades distintos aparece a luta de classes. O trabalho nas sociedades modernas é denunciado por Marx pelo seu caráter exploratório do trabalhador que está obrigado cotidianamente a entender as necessidades do patrão e não as suas próprias. (NETTO, [s.p.], [s.d.])

Dessa forma, quando os capitalistas aumentam o grau de exploração sobre os trabalhadores, intensifica-se uma distribuição de renda injusta. Isso porque aquele que está se apropriando da maior parte do valor de uma mercadoria não é o responsável por criar esse valor. Assim, o trabalhador é explorado na medida que produz mais do que vale a sua força de trabalho. Como prevê a lei geral da acumulação capitalista, há uma tendência em se elevar o progresso técnico e, com ele, aumentar o montante de indivíduos que compõe o exército industrial de reserva.

Apesar da organização coletiva dos trabalhadores atuar no sentido de aumentar os seus ganhos, outros fatores objetivos concorrem para que o salário médio caia, como o progresso técnico, a proletarianização da população em geral e a concorrência econômica entre trabalhadores empregados e os alistados involuntariamente no exército industrial de reserva, daí aquela complexidade a qual se referiu Engels. A resultante das forças contraditórias é, todavia, a desigualdade social, a acumulação de miséria num pólo e de riqueza no outro. (BRANCO, [s.d], [s.p.])

Quando há um aumento do exército industrial de reserva decorrente do progresso técnico, ou seja, quando há uma maior reserva de força de trabalho em decorrência de um aumento de produtividade do próprio trabalhador, há uma tendência de queda no valor absoluto dos salários, rebaixando até mesmo o padrão de vida do trabalhador. Ou ainda, quando há um aumento do exército industrial de reserva devido a uma desaceleração do crescimento econômico, os salários absolutos

também tendem a cair e rebaixar o padrão de vida do trabalhador. Dessa forma, entende-se que um aumento do exército industrial de reserva rebaixa o padrão de vida do trabalhador em ambas as circunstâncias. Esse fato evidencia que os detentores dos meios de produção são capazes de regular o exército industrial de reserva, contratando mais ou menos trabalhadores e, assim, quando decidem por demandar menos força de trabalho, substituindo trabalhadores por máquinas, aumentam a concentração de renda. Isso porque ao demandarem menos força de trabalho, seja por uma queda no crescimento econômico ou aumento da produtividade, eles estão aumentando o exército industrial de reserva, o que diminui os salários abaixo do valor da força de trabalho devido ao aumento da oferta de força de trabalho e, conseqüentemente, rebaixa o padrão de vida da massa trabalhadora, aumentando a disparidade de renda entre trabalhadores e capitalistas. Sendo assim, para os marxistas em geral, a existência de disparidades de renda é proveniente da existência de classes e sua conseqüente exploração, pois a desigualdade existe porque quem mais se apropria do valor de uma mercadoria não é o seu criador (trabalhador) e sim o explorador (capitalista). Assim, através do aumento da mais-valia relativa ou do aumento do exército industrial de reserva, ambos através do progresso técnico, o trabalhador é mais explorado e passa a intensificar-se a concentração de renda, evidenciada através de estatísticas que indicam a má distribuição de renda em todos os países capitalistas.

E ainda acrescenta-se que com o desenvolvimento do capitalismo e aumento da acumulação de capital, com o salário subindo ou caindo, a classe dominada nunca permanecerá recebendo mais que o valor da sua força de trabalho que supri suas necessidades do ponto de vista biológico e social e, ainda, tende a diminuir sua participação no total da renda gerada, uma vez que uma parcela cada vez maior da renda é apropriada na forma de renda do capital e uma parcela cada vez menor é apropriada na forma de renda do trabalho. Segundo Mandel (1980), “para Marx, o essencial era pôr em evidência a pauperização relativa do proletariado, o fato de que, mesmo quando os seus salários aumentam, aumentam bem menos do que as

riquezas do Capital” (MANDEL, 1980, p.154). Com isso, pode-se observar uma intensificação da concentração de renda, além da clara desigualdade residente no fato dos trabalhadores serem os únicos a criar valor e se apropriarem cada vez mais de uma parcela menor de tal valor criado por eles, ou seja, aumenta-se o grau de exploração do trabalhador pelo capitalista, no qual este último se apropria cada vez mais do valor criado pelo trabalho da classe dominada.

O modo de produção capitalista que torna todo o produto do trabalho humano mercadoria é injusto, isso porque ele viabiliza um processo de desigualdade muito forte com a intensificação da luta entre duas classes antagônicas. Sendo assim, segundo a visão marxista, no modo de produção capitalista não há como diminuir de forma considerável a concentração de renda, pois o problema está exatamente no sistema. Esse sistema está fundamentado em lucro que, por sua vez, só é possível através da exploração do trabalhador e acúmulo de capital.

No modo de produção capitalista, dado os pressupostos (jurídicos) da propriedade privada burguesa e (históricos) da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, um expressão do outro, a distribuição de renda e riqueza será sempre desigual em favor dos capitalistas. (BRANCO, [s.d], [s.p])

Políticas públicas realizadas pelo sistema capitalista, como melhorias na educação e saúde, aumento no número de empregos, acesso a moradias e condições de vida dignas ou qualquer outra medida de inclusão social, até podem amenizar a disparidade entre os indivíduos da sociedade, mas jamais será capaz de reduzir drasticamente a pobreza e briga entre classes, isso porque não está se atacando a fonte do problema, o capitalismo. Para Marx, só será possível diminuir drasticamente a pobreza com o fim da luta de classes inerente ao sistema capitalista, protagonizada por um antagonismo entre a classe dominante e a classe dominada. Dessa forma, só com a queda desse sistema, conduzida pela classe trabalhadora como um todo e não por indivíduos isolados, há a possibilidade de se almejar uma sociedade mais igualitária. O trabalhador ao estar “alienado no produto do seu trabalho, ao produzir mais-valia, o proletariado lutará para suplantará essa situação” (IANNI, 1982, p.17) E,

junto com este feito, os trabalhadores passariam a obter a parte da força de trabalho que era apropriada pela antiga classe dominante que detinha a posse dos meios de produção.

O que se defende nas teses marxianas é a abolição das classes sociais e a redução drástica e radical das desigualdades no socialismo, não a sua supressão. Pequenas desigualdades ainda permaneceriam entre povos e regiões, de acordo com suas especificidades sociais e geográficas. Ou seja, o socialismo científico não propõe nem a socialização da miséria nem o igualitarismo utópico: o que ele defende é o reino da liberdade e o livre desenvolvimento dos indivíduos no marco de uma sociedade comunista. (BRANCO, [s.d], [s.p])

Dessa forma, deve-se ter cautela ao analisar qual é a proposta marxista. Isso porque a corrente propõe que, com a socialização dos meios de produção, extinga-se a desigualdade econômica, ou seja, que a renda de cada indivíduo esteja pautada na sua participação na produção e, também, nas suas necessidades sociais, acabando com a figura de detentores dos meios de produção (apropriam-se da maior parte da renda) e expropriados dos meios de produção. Entretanto, destaca-se que Marx reconhece que ainda haverá desigualdades entre os membros de uma sociedade, mas agora provenientes de outros fatores que não decorrem de uma estrutura de classe injusta, e sim de algo como, por exemplo, habilidade de cada indivíduo.

4 CONCLUSÃO

O propósito desse estudo foi analisar a relação entre a estrutura de classe e a distribuição de renda, focando em dados brasileiros. Buscou-se realizar conexões entre termos convencionais e marxistas para, dessa forma, analisar dados oficiais e visualizar tendências do comportamento das classes e de concentração e centralização de capital.

Para viabilizar esse estudo foi necessário recorrer a definições marxistas, como classe, mais-valia, salário e exército industrial de reserva, assim como, a dados estatísticos, retirados principalmente do IBGE e da ILO. Tendo em vista que os dados não são produzidos com base nos conceitos de Marx, foi necessário utilizar os dados convencionais para, assim, realizar correspondências conceituais. Dessa forma, aqui o ponto principal foi o cuidado com as nomenclaturas, então, ao longo do estudo, foram feitas correlações entre termos marxistas e aqueles utilizados pelas análises oficiais, como para critérios de classe e medida para distribuição de renda.

Uma discussão recorrente na economia é com relação a concentração de renda e maneiras de diminuí-la. Então, esse estudo, buscando entender esse processo de má distribuição de renda, chegou à seguinte conclusão. Os detentores dos meios de produção mistificam a exploração do trabalho, buscando transmitir ao trabalhador a ideia de que este ganha tudo o que produz. Uma maneira de encobrir essa exploração é através do salário. Então, o capitalismo passa a se consolidar e, com ele, surge a concorrência e, a partir de seus efeitos, Marx formula a Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A concorrência gera pelo menos duas grandes consequências. A primeira é a mecanização, na qual as máquinas substituem os trabalhadores e, dessa forma, cria-se um exército industrial de reserva que é capaz de rebaixar de forma absoluta o salário dos trabalhadores, diminuindo seu padrão de vida, isso porque há uma oferta de força de trabalho maior que a demanda. Além disso, a mecanização diminui o

tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, o que gera um salário relativo menor, mas sem rebaixamento do padrão de vida, já que houve um barateamento das necessidades de consumo do trabalhador. Esse último efeito representa um aumento de produtividade através de mais-valia relativa e, dessa forma, o capitalista passa a extrair uma maior massa de mais-valia.

O segundo grande efeito da concorrência se refere à fusões e/ou aquisições das pequenas empresas pelas grandes. Através delas os capitalistas menores e as classes intermediárias são “engolidas” pelos capitalistas com maior poder de acumulação. Dessa forma, esses últimos passam a compor a massa trabalhadora ou, em último caso, o exército industrial de reserva. Sendo assim, o capital torna-se mais centralizado, ou seja, poucos capitalistas passam a deter os meios de produção e explorar trabalhadores, ficando cada vez mais ricos. Além disso, pelos trabalhadores ganharem apenas o suficiente para sua sobrevivência física, social e mental, eles não tem como acumular capital para se tornarem capitalistas. Então, resume-se a segunda grande consequência da concorrência como a polarização de classes. Essa polarização de classes implica em uma distribuição de renda injusta, isso porque a maior parte do valor é apropriado pelo capitalista, que não o produziu, ao invés de pertencer ao gerador de valor, o trabalhador. Então, com essa maior centralização do capital, pode-se ocorrer uma concentração de capital em prol dos capitalistas, já que estes últimos possuem artifícios, como a mais-valia relativa, para aumentar sua exploração, acumular cada vez mais e tornar a massa trabalhadora mais pobre em relação a eles, pois à massa trabalhadora só cabe receber o valor de sua força de trabalho.

Entendemos, portanto, que a concentração de renda, não só no Brasil, mas no mundo (evidenciada pela existência de apenas 32 milhões de milionários – que representam menos de 1% da população adulta mundial – detém 41% de toda a riqueza do mundo) é um resultado do regime capitalista e sua consequente divisão em duas classes antagônicas, capitalistas e proletariado, que desenvolve um processo de apropriação de valor que desfavorece aquele que realmente cria o valor.

Por fim, cabe ressaltar que, segundo a visão marxista, as medidas adotadas para amenizar a desigualdade social, como projetos de inclusão social, não são eficazes na medida em que não atacam o núcleo duro do problema, o próprio sistema capitalista. Sendo assim, baseado em passagens citadas ao longo do estudo, entende-se que para Marx a única maneira de diminuir drasticamente a concentração de renda é substituindo o modo de produção, pois junto a esse fato extinguiria a luta de classe entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que foram expropriados desses meios de produção.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Distribuição de renda: Uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (org). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BONELLI, Régis; RAMOS, Lauro. **Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70**. Revista de Economia Política, vol. 13, nº2 (50), abril-junho/1993.

BRANCO, Rodrigo Castelo. **A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Rodrigo_Castelo_Branco.pdf>. Acesso em: 09/07/2014.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2013**. Switzerland: Research Institute Outubro, 2013. Disponível em: <<https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>>. Acesso em: 10/08/2014

FILHO, Alfredo Saad. **Salários e exploração na teoria marxista do valor**. Economia e Sociedade, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

HADDAD, Fernando (1997) **Trabalho e classes sociais**. Artigo publicado na Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v9n2/v09n2a06.pdf>>. Acesso em: 05/06/2014

IANNI, Octavio. **Karl Marx: Sociologia**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a). **Coleta do Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/coleta>> Acesso em: 02/05/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>> Acesso em: 27/03/2014.

ILO – International Labour Organization . (2011). **International Classification by Status in Employment (ICSE)**. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/applv8/data/icsee.html>> Acesso em: 29/10/2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Macroeconomia - Distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB**. 28/05/2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1285:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 18/07/2014.

JARDIM, Maria Chaves. **A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, pp. 901 a 941.

LIMA, Rômulo André. **A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas**. Artigo submetido ao XXXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC Área 1 - Escolas do pensamento econômico, metodologia e economia política. Disponível em: <<http://goo.gl/UEtmvD>>. Acesso em: 26/06/2014.

LUKÁCS, Gyorgy. A consciência de classe. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C.A (org). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARX, Karl. (1996a). **O capital: crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, livro I, vol. I. Original: 1867. Versão em pdf disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf> Acesso em: 24/05/2013.

MARX, Karl. (1996b). **O capital: crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, livro I, vol. II. Original: 1867. Versão em pdf disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf> Acesso em: 24/05/2013.

Marx, Karl. (1985c). **O capital: crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, livro II.

Marx, Karl. (1986). **O capital: crítica da economia política**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, livro III.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm#%284%2a%29>> Acesso em: 15/05/2014.

MILLS, C. Wright. **Os Marxistas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

NETO, Nelson Nei Granato. **Exército industrial de reserva: conceito e mensuração**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

NETTO, Miguel Rodrigues. **A concepção de classe em Weber e Marx e os desafios contemporâneos do sindicalismo brasileiro**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_LUTAS_SOCIAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_CONCEPCAO_DE_CLASSE_EM_WEBER_E_MARX_E_OS_DESAFIOS_CONTEMPORANEOS_DO_SINDICALISMO_BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 07/07/2014.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. **O jogo das cadeiras**: notas introdutórias sobre as mudanças nos processos de trabalho e desemprego organizacional. 2000. 380 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) — Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

PERISSINOTTO, Renato. **Marx e a análise contemporânea de classe**. In: Marxismo como ciência social. CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

PRUDENTE, Mauro Godoy. **A Lei Geral da Acumulação Capitalista: Considerações sobre o tema**. In: Intuitio – Revista do PPG em Filosofia da PUCRS. Vol.5, Nº2, Porto Alegre, Novembro 2012, p.140-156. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewArticle/9653>>. Acesso em: 26/06/2014.

RAMOS, Lauro R.A; REIS, José Guilherme Almeida. Distribuição da renda: Aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio (org). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. Tradução: Catherine M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SEMPERE, Joaquim. **Classe social**. Disponível em: <<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1dfa650b802f393e5da17ae5d7825a22.pdf>>. Acesso em: 09/07/2014.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C.A (org). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.